



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**



**AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE  
JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
- O CASO PROJOVEM -**

**SOLANGE TÓLA DELFINI**

CAMPINAS  
FEVEREIRO DE 2008



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**



**AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE  
JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
- O CASO PROJovem -**

Dissertação elaborada para a obtenção do  
título de Mestre em Engenharia Agrícola na  
área de concentração em Planejamento e  
Desenvolvimento Sustentável

**SOLANGE TÓLA DELFINI**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Julieta Teresa Aier de Oliveira**

CAMPINAS  
FEVEREIRO DE 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -  
UNICAMP

D378a Delfini, Solange Tóla  
Avaliação de um programa de formação de jovens da  
agricultura familiar - o caso projovem - / Solange Tóla  
Delfini. --Campinas, SP: [s.n.], 2008.

Orientador: Julieta Teresa Aier de Oliveira  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Desenvolvimento rural – Educação. 2.  
Desenvolvimento sustentável. 3. Educação do  
adolescente. 4. Juventude rural. 5. Projetos – Avaliação.  
I. Oliveira, Julieta Teresa Aier de. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia  
Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: Evaluation of program of formation of young of familiar  
agriculture - the projovem case

Palavras-chave em Inglês: Sustainable rural development, Education of Young, Rural  
Youth, Evaluation of projects

Área de concentração: Desenvolvimento Sustentável

Titulação: Mestre em Engenharia Agrícola.

Banca examinadora: Márcia Regina de Oliveira Andrade, Sonia Maria Pessoa  
Pereira Bergamasco

Data da defesa: 26/02/2008

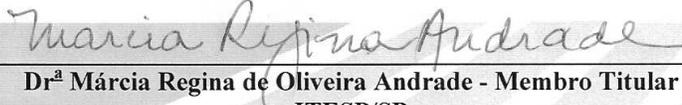
Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Dissertação de Mestrado** defendida por **Solange Tóla Delfini**, aprovada pela Comissão Julgadora em 26 de fevereiro de 2008, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.



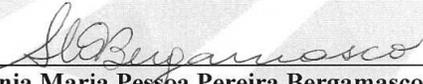
---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliete Teresa Aier de Oliveira - Presidenta  
FEAGRI/UNICAMP**



---

**Dr<sup>ª</sup> Márcia Regina de Oliveira Andrade - Membro Titular  
ITESP/SP**



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco - Membro Titular  
FEAGRI/UNICAMP**

Faculdade de  
**Engenharia Agrícola**  
Unicamp

## RESUMO

A formação profissionalizante de jovens oriundos da agricultura familiar na busca de sua efetiva inserção no mercado de trabalho tem se mostrado uma estratégia significativa nos processos de estímulo ao desenvolvimento rural, principalmente quando se insere na rede de instituições de apoio à agricultura familiar, fortalecendo e dando significância às ações de assistência técnica e extensão rural, sinalizando parâmetros para as políticas de crédito, desenhando demandas para a pesquisa e encorajando a organização dos produtores. Analisar programas dessa natureza torna-se importante para o estabelecimento de parâmetros avaliatórios à concepção, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

A hipótese central desta pesquisa foi a de que programas de formação de jovens da agricultura familiar, que utilizam estratégias que considerem efetivamente o contexto e as necessidades deste público, estão diretamente relacionados a resultados positivos de desenvolvimento rural sustentável, considerando o impacto causado na dinâmica da produção familiar, nas relações estabelecidas com a comunidade e na postura empreendedora do jovem. O objetivo geral do trabalho foi analisar um programa de formação de jovens do estado de São Paulo – o PROJOVEM – Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais - visando a definição de critérios que possam subsidiar o estabelecimento de novas estratégias de educação profissionalizante rural bem como sugerir um procedimento de análise de outros programas/projetos de natureza similar, focados no desenvolvimento rural sustentável.

Neste escopo, os objetivos específicos foram: i) analisar comparativamente o desempenho do Programa em seus núcleos inseridos nos assentamentos de reforma agrária e de agricultura familiar tradicional e ii) avaliar o PROJOVEM a partir da percepção e de descritores definidos por seus protagonistas – jovens e pais.

Na análise global dos Núcleos do Programa, os resultados indicaram a tendência de melhor desempenho dos núcleos implantados em áreas de assentamento. As avaliações dos jovens e pais (grupos focais) reforçaram a hipótese da importância de programas como o PROJOVEM na dinâmica de desenvolvimento rural sustentável.

Concluindo, as metodologias de avaliação de programas de formação de jovens inseridos no contexto do desenvolvimento sustentável devem agregar estratégias

diferenciadamente qualitativas e participativas, a fim de que o processo de análise subsidie o desenho e implantação de novas políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento rural sustentável; educação de jovens; juventude rural; avaliação de projetos.

## **ABSTRACT**

The professionalizing formation of deriving young of familiar agriculture in the search of its effective insertion in the work market if has shown a significant strategy in the stimulatón processes to the agricultural development, mainly when it is inserted in the net of institutions of support to familiar agriculture, fortifying and giving to significance to the actions of assistance technique and agricultural extension, signaling parameters for the credit policies, drawing demands for the research and encouraging the organization of the producers. To analyze programs of this nature becomes important for the establishment of avaliatórios parameters the conception, implementation and accompaniment of public politics directed toward the sustainable agricultural development.

The central hypothesis of this research is that programs of formation of young of agriculture familiar, that they use strategies that effectively consider the context and the necessities of this public, directly are related the positive results of sustainable agricultural development, considering the impact caused in the dynamics of the familiar production, in the relations established with the community and in the enterprising position of the young. The general objective of the work was to analyze a program of formation of young of familiar agriculture being aimed at definition of criteria that can subsidize the establishment of new strategies of agricultural professionalizing education as well as establishing a procedure of analysis of other programas/projetos of similar nature, focados in the sustainable agricultural development. The research took as case study PROJOVEM - Program of Formation of Young Agricultural Entrepreneurs. In this target, the specific objectives had been: i) to analyze comparatively the performance of the Program in its inserted nuclei in the nestings of agrarian reform and traditional familiar agriculture and ii) to evaluate PROJOVEM from the perception and of describers defined for its protagonists - young e parents.

In the global analysis of the nuclei, the results had indicated the trend of better performance of the Nuclei implanted in nesting areas. The Focal Groups had strengthened the hypothesis of the importance of programs as what it composed the object of study in the dynamics of sustainable rural development.

Concluding, the methodologies of evaluation of inserted programs of formation in the context of the sustainable development must add qualitative and diferenciadamente participativas strategies, so that the analysis process subsidizes the drawing and implantation of new public politics.

**WORDS-KEY:** sustainable agricultural development; education of young; agricultural youth; evaluation of projects.

*“Nunca dê ouvidos àqueles que, no desejo de te servir, te aconselham a renunciar a uma das tuas aspirações. Tu bem sabes qual é a tua vocação, pois a sentes exercer pressão sobre ti. E, se a atraíças, é a ti que desfigurás. Mas fica sabendo que a tua verdade se fará lentamente, pois ela é nascimento de árvore e não descoberta de fórmula. O tempo é que desempenha o papel mais importante, porque se trata de te tornares outro e de subires uma montanha difícil. Porque o ser novo, que é unidade libertada no meio da confusão das coisas, não se te impõem como a solução de um enigma, mas como um apaziguamento dos litígios e uma cura dos ferimentos. E só virás a conhecer o seu poder, uma vez que ele se tiver realizado. Nada me pareceu tão útil ao homem como o silêncio e a lentidão. Por isso os tenho honrado sempre como deuses por demais esquecidos.”*

*(Antoine de Saint-Exupéry, in Cidadela)*

*Dedico este trabalho*

*Aos agricultores, pais, mães e jovens,  
que me permitiram conhecer o seu  
tempo, entrar no seu ritmo e  
compartilhar de suas aspirações.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Centro Paula Souza, pela oportunidade de trabalhar em um programa como o PROJOVEM, que tantas portas me abriu, tantos caminhos me mostrou e tantas idéias me clareou.

À Associação Central do PROJOVEM, pela confiança que sempre demonstrou no meu trabalho, nos momentos de sucesso e naqueles de crise, quando pudemos crescer juntos.

Aos companheiros e amigos da Coordenação do PROJOVEM – Prof. Fernando Curi Peres, da ESALQ/USP, Lafayette Parreira Duarte, Ana Paula Pacheco Chaves e particularmente a Nicole Baudon Bergamin, que “segurou as pontas” até o fim.

A Maria Inês Gatti e Herwig Haetinger, que, cada um a sua maneira, me ensinaram muito e me instigaram a trabalhar com o PROJOVEM .... e que sempre estarão presentes.

Aos Monitores do PROJOVEM, companheiros de muito trabalho, muitas brigas e muitas risadas. Especialmente agradeço aos monitores de Presidente Venceslau que muito contribuíram no levantamento de dados desta pesquisa.

À FEAGRI, pelo espaço intelectual efetivamente aberto e criativo que a área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável oferece aos alunos do seu programa de pós- graduação, particularmente na pessoa da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Bergamasco, e pelo apoio financeiro concedido pela CPG ao desenvolvimento da parte de campo desta pesquisa.

A minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Julieta Teresa Aier de Oliveira, que me manteve no rumo com sua objetividade e lucidez profissional, mas principalmente, à Jú, grande amiga, daquelas que como diz o poeta, *é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito*.

A todo pessoal, amigos, funcionários, colaboradores, parceiros, que me acompanharam e me deram força (de todos os tipos) neste período de estudo e pesquisa.

Finalmente, agradeço aos meus “meninos” – Caetano, Gian e Cláudio, que não deixaram a “casa cair” enquanto eu me “descabelava” para concluir este trabalho.

Pra todo mundo,

MUITO OBRIGADA!

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Página</b>
<b>RESUMO</b>	<b>v</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>xiii</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>xiv</b>
<b>1 – INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO – PROJOVEM</b>	<b>04</b>
<b>2.1 – Histórico da criação do PROJOVEM</b>	<b>04</b>
<b>2.2 – Estruturação do PROJOVEM</b>	<b>06</b>
<b>2.3 – Currículo e Enfoque Pedagógico</b>	<b>07</b>
<b>2.3.1 – Pedagogia de Alternância</b>	<b>07</b>
<b>2.3.2 – Pedagogia de Projetos</b>	<b>10</b>
<b>2.3.3 – Ciclo de Aprendizagem Experiencial</b>	<b>14</b>
<b>2.4 – Recursos Humanos</b>	<b>18</b>
<b>2.4.1 - Monitores</b>	<b>18</b>
<b>2.4.2 - Pais</b>	<b>19</b>
<b>2.5 - Fundo Rotativo e Financiamento de PICs</b>	<b>20</b>
<b>3 – CONCEITOS NORTEADORES DO TRABALHO</b>	<b>22</b>
<b>3.1 – Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar</b>	<b>22</b>
<b>3.2 – Juventude Rural</b>	<b>28</b>
<b>3.2.1 – O Jovem Rural</b>	<b>29</b>
<b>3.2.2 – Projetos e Perspectivas de Futuro</b>	<b>30</b>
<b>3.2.3 – A Relação Jovem – Agricultura Familiar</b>	<b>32</b>
<b>3.3 – A Educação no e para o Espaço Rural</b>	<b>34</b>
<b>4 - MATERIAL E MÉTODOS</b>	<b>39</b>
<b>4.1 – Avaliação do Programa a partir de indicadores de desempenho</b>	<b>39</b>

4.2 – Avaliação do Programa por seus protagonistas - Grupo Focal	41
4.3 – Análise comparativa das Propriedades Familiares após a participação do jovem no PROJovem	48
5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
5.1 – Avaliação de Desempenho dos Núcleos	54
5.2 – Avaliação do PROJovem por seus Protagonistas	64
5.3 – Análise Comparativa – Melhoria nas Propriedades Familiares	72
6 – CONCLUSÃO	75
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 1 – Jovens em atividade de mutirão, na fase de Diagnóstico	<b>12</b>
Figura 2 - Esquema de Organização das Bases Tecnológicas dos PICs-PROJOVEM	<b>13</b>
Figura 3 – Jovens em atividades de Núcleo – Sistematização do projeto	<b>14</b>
Figura 4 - Esquematização do Ciclo de Aprendizagem Experiencial	<b>17</b>
Figura 5 – Encontro de Capacitação de Monitores	<b>19</b>
Figura 6 – Encontro de Formação de Pais	<b>20</b>
Figura 7 – Dinâmica 1 – “Fazendo o Percurso do Grupo”	<b>45</b>
Figura 8 – Dinâmica 2 – “Jogo das Mãos”	<b>46</b>
Figura 9 – Grupo Focal com os Pais	<b>47</b>
Figura 10 – Grupo Focal com os Jovens	<b>48</b>
Figura 11 – Quadro de melhorias na propriedade familiar	<b>50</b>
Figura 12 – Jovens com Projeto Plasticultura	<b>50</b>
Figura 13 – Jovem com Projeto Bovinocultura	<b>51</b>
Figura 14 – Jovens com Projeto Apicultura	<b>51</b>
Figura 15 - Jovem do PROJOVEM em projeto de ovinocultura	<b>52</b>
Figura 16 – Número de Turmas Formadas por Ano – 1998/2004	<b>57</b>
Figura 17 – Evolução da taxa de Evasão	<b>59</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Modelo Patronal e Modelo Familiar	<b>26</b>
Tabela 2 - Linhas de Ação – Grupo Permanente para Educação do Campo	<b>37</b>
Tabela 3 - Grau de Formalização das Associações de Pais	<b>55</b>
Tabela 4 - Infra-Estrutura dos Núcleos do PROJOVEM	<b>56</b>
Tabela 5 - Número de Turmas Formadas por Ano	<b>57</b>
Tabela 6 - Taxa de Evasão por Turma	<b>59</b>
Tabela 7 - Taxa de Implantação de Projetos	<b>60</b>
Tabela 8 - Relação Programa-Comunidade	<b>62</b>
Tabela 9- Desempenho geral dos Núcleos	<b>63</b>
Tabela 10 – Melhorias nas Propriedades Familiares	<b>73</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios que hoje se coloca a governos e sociedade civil é a construção de uma nova ordem no meio rural, conciliando aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais. Segundo Flores (2001),

*“as dificuldades para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural que tenha como estratégia a inserção econômica, social e política da maioria da população, tem no componente político a sua grande marca. Não se produziu no seio da sociedade brasileira a compreensão de que existe um outro caminho que pode ser trilhado, com base no fortalecimento dos estabelecimentos rurais de economia familiar.”*

Dentre os diversos aspectos necessários a este fortalecimento, destacamos o sistema educacional que, historicamente, não identifica as especificidades do contexto rural, deixando de preparar jovens conscientes de sua realidade e com atitude e instrumental necessários para assumirem a propriedade familiar de maneira a incrementar suas atividades, diversificando, agregando valor e garantindo melhor qualidade de vida ao grupo.

Além da educação, os programas de assistência técnica e extensão rural não entendem o jovem como ator fundamental dos processos de reprodução da agricultura familiar, desconsiderando-o como público alvo específico, sendo recente a implantação de alguns programas derivados da política de crédito à agricultura familiar, mais especificamente o PRONAF Jovem<sup>1</sup>.

Desta forma, os jovens são compelidos a abandonar o campo na busca de emprego e renda nos centros urbanos, que freqüentemente, não têm suficiente mercado de trabalho para assimilá-los. Por outro lado, a redução da presença de jovens no campo pode se tornar um sério problema, como podemos observar no estado de Santa Catarina onde mais de dez por

---

<sup>1</sup> O PRONAF Jovem foi implantado em 2000, apresentando até 2005, grandes dificuldades de acesso devido ao pouco interesse dos agentes financeiros locais e das exigências relacionadas a pendências assumidas anteriormente pelos pais

cento das famílias hoje dedicadas à agricultura familiar não têm sucessores (SILVESTRO et al, 2001).

Conscientes da importância da agricultura familiar na construção de uma nova estrutura social, tanto governo como sociedade civil têm investido em iniciativas que tenham por princípio a ampliação de oportunidades para uma população que necessita ser incluída no processo de desenvolvimento nacional. É consensual nestes programas a necessidade de gerar/manter empregos e renda, preservar a cultura local e ter o território ocupado de forma a garantir a sua utilização pelas futuras gerações.

A formação profissionalizante de jovens oriundos da agricultura familiar na busca de sua efetiva inserção no mercado de trabalho tem se mostrado uma estratégia significativa nos processos de estímulo ao desenvolvimento sustentável, principalmente quando se insere na rede de instituições de apoio à agricultura familiar, fortalecendo e dando significância às ações de assistência técnica e extensão rural, sinalizando parâmetros para as políticas de crédito, desenhando demandas para a pesquisa e encorajando a organização dos produtores.

A educação é por si só condicionante de qualquer proposta de desenvolvimento, seja ele econômico, social ou humano, considerando separadamente, estas categorias que são interdependentes na sustentabilidade de projetos e programas de desenvolvimento.

Analisar programas dessa natureza torna-se importante para o estabelecimento de parâmetros avaliatórios à concepção, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

A avaliação de programas e projetos sociais sempre foi uma questão muito debatida e pouco praticada. Provavelmente porque sempre foi cercada por uma névoa de poder, traduzida erroneamente em controle e punição e encarada mais pelos seus enfoques tecnicistas, sem real proveito para aqueles que atuam no dia-a-dia dos projetos. Entretanto ela é um processo, antes de ameaçador, provedor de informações fundamentais para o entendimento quanto aos caminhos que conduziram aos resultados obtidos, sejam eles relacionados aos objetivos finais do programa ou a situações e etapas intermediárias. A avaliação de impactos por sua vez, procura determinar em que medida um programa (ou projeto) alcançou seus objetivos e quais são seus efeitos secundários (previstos e não previstos). Dessa forma, olha-se para trás (se o projeto funcionou ou não) e para fora, além do projeto, sendo utilizável para decidir sobre sua

eventual continuação, para formular outros projetos futuros e, enfim para tomar decisões sobre políticas (COEHN & FRANCO, 1993)

A hipótese central desta pesquisa foi a de que programas de formação de jovens da agricultura familiar, que utilizam estratégias que considerem efetivamente o contexto e as necessidades deste público, estão diretamente relacionados a resultados positivos de desenvolvimento rural sustentável, considerando o impacto causado na dinâmica da produção familiar, nas relações estabelecidas com a comunidade e na postura empreendedora do jovem.

O objetivo geral do trabalho foi analisar um programa de formação de jovens da agricultura familiar visando definição de critérios que possam subsidiar o estabelecimento de novas estratégias de educação profissionalizante rural bem como sugerir um procedimento de análise para programas de outros programas/projetos de natureza similar, focados no desenvolvimento rural sustentável.

A pesquisa tomou como estudo de caso o PROJOVEM - Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais, programa de formação de jovens do estado de São Paulo. Nesse escopo, os objetivos específicos foram: i) analisar comparativamente o desempenho do Programa em seus núcleos inseridos nos assentamentos de reforma agrária e de agricultura familiar tradicional e ii) avaliar o PROJOVEM a partir da percepção e de descritores definidos por seus protagonistas – jovens e pais.

Esta dissertação está estruturada em 5 capítulos. A presente introdução, que apresenta a relevância da pesquisa, suas concepções gerais, hipóteses e objetivos.

O capítulo 2 traz a caracterização do PROJOVEM, detalhando seus aspectos metodológicos e evidenciando o por quê de sua escolha para estudo de caso desta pesquisa.

O capítulo 3 faz a revisão de conceitos que se inter-relacionam formando a rede teórica que dá sustentação às hipóteses, objetivos e metodologia do trabalho.

A metodologia aparece definida no capítulo 4, subdividida nas etapas que estruturaram a condução das investigações.

No capítulo 5 são apresentados os resultados, sua análise e discussão que dão fundamento para a conclusão estruturada no capítulo 6.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO – O PROJOVEM**

O PROJOVEM - Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais - é um programa de desenvolvimento rural focado no potencial empresarial/empreendedor do jovem, pretendendo o aprimoramento da produção familiar e como conseqüência a melhoria da qualidade de vida e a permanência do grupo familiar na atividade agropecuária. O Programa, com duração de três anos, atende jovens filhos de agricultores familiares, com idade entre 14 e 21 anos, que tenham, pelo menos, o domínio de leitura e escrita e das quatro operações matemáticas. Desenvolvido desde 1997, por intermédio de parceria entre o Centro Paula Souza<sup>2</sup> (CPS), a Universidade de São Paulo<sup>3</sup> (USP) e algumas comunidades rurais, visava contribuir na preparação de jovens empresários rurais capazes de dirigir seus negócios de forma competitiva e sustentável, aumentando o nível de renda de suas famílias e contribuindo para o fortalecimento do capital social de suas comunidades (DELFINI, 1998).

### **2.1. Histórico da criação do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais – PROJOVEM**

Durante o ano de 1995, um grupo de ex-participantes do Programa Paulista de Lideranças Rurais – LIDERUSP – trabalhou sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo – FETAESP, na elaboração de um Programa de Viabilização da Pequena Produção Rural. Cientes da importância de seus jovens para a sustentabilidade a médio e longo prazo, de qualquer programa voltado para a ruralidade paulista, coordenadores e participantes decidiram que uma parte deste programa deveria estar focada na identificação e/ou formulação de alternativas educacionais para o jovem rural.

Foi apresentada uma proposta de pesquisa para a Fundação W. K. Kellogg, que financiou uma viagem de observação e estudos para que um grupo conhecesse algumas experiências que estavam acontecendo na América Latina, inclusive aqui no Brasil, como era o caso das Casas Familiares Rurais de Pitanga e Barracão, no estado do Paraná. Este grupo era

---

<sup>2</sup> Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, instituição responsável pelo ensino profissionalizante, técnico e tecnológico, no estado de São Paulo.

<sup>3</sup> A USP é representada na parceria pela ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ).

formado por oito pessoas – Massami Yamazaki, agricultor do assentamento rural de Promissão; Roland Behr e Rasania Guerra, agrônomos extensionistas; Paulo Teixeira, zootecnista e extensionista; Maria Inês Gatti e Luiz Carlos Canedo, pedagogos e respectivamente, supervisora de ensino e diretor de escola técnica agrícola do Centro Paula Souza, e Fernando Cury Peres, professor da ESALQ.

O grupo ficou muito entusiasmado, principalmente com a proposta de Pedagogia de Alternância, desenvolvida nas Casas Familiares Rurais, e iniciou a estruturação metodológica de um programa de formação de jovens empresários rurais. Com um pré-projeto em mãos, apresentou ao Centro Paula Souza uma proposta de implantação de dois núcleos pilotos. Marcos Monteiro, professor e Chefe de Gabinete do Centro Paula Souza, concordou com a formação de uma comissão para estudar a reestruturação do Ensino Agrícola no estado de São Paulo, incluindo propostas alternativas como aquela apresentada pelo grupo.

Ao final do primeiro semestre de 1996 estava pronto o documento Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais. Enquanto o Programa era estruturado, o agricultor Massami Yamazaki e o zootecnista Paulo Teixeira mobilizaram outros agricultores do Assentamento Fazenda Reunidas para organizarem o que viria a ser o Núcleo PROJOVEM de Promissão.

Considerando a importância da formação profissional para o desenvolvimento do meio rural e a dimensão da rede de escolas agrícolas do CPS, o Prof. Marcos Monteiro incumbiu o grupo de criar dez Núcleos no estado, tendo como base institucional as escolas agrícolas. Dessa forma, em 29 de julho de 1996 foi realizada uma reunião com todos os diretores das Escolas Técnicas Agrícolas para apresentar o PROJOVEM. Foram identificadas sete escolas do CPS, nos municípios de Votuporanga, Quatá, Presidente Venceslau, Rancharia, Garça, Vera Cruz, Candido Mota, com interesse e condições necessárias para a implantação; a ESALQ indicou duas localidades (Promissão e Bananal) e o CPS atendeu a solicitação de uma instituição social em Peruíbe. Cada uma designou dois de seus professores ou profissionais para uma capacitação, com o propósito de formar monitores para o programa. Parte da formação era justamente a mobilização dos agricultores para a formação das Associações de Pais que se responsabilizariam pelos Núcleos, sendo assessoradas pelo Centro Paula Souza e pela ESALQ-USP.

Em agosto de 1997, começaram efetivamente as atividades com os jovens.

## **2.2. Estruturação do PROJOVEM**

O primeiro passo para a implantação de um Núcleo do Programa é a mobilização da comunidade. Isto porque, o programa foi desenhado de forma a ser assumido pelas famílias de agricultores de determinada região. Parte-se do princípio de que se o Programa vem em resposta a um problema, quem tem o problema, ou seja, a comunidade, deve ser o agente principal em sua superação. Portanto, é fundamental a organização das famílias para a formação da Associação de Pais. Estas associações vão ser responsáveis pela orientação geral do Programa. Cabe a elas prover ou conseguir os recursos para a alimentação dos jovens, instalações físicas, mobiliário, equipamentos e utensílios e para pagamento dos serviços de luz, água, telefone, etc. As associações devem efetivar parcerias com prefeituras, empresas e entidades locais para a consecução de seus objetivos. É evidente que estes pais agricultores devem ser capacitados para exercerem este gerenciamento, assim como assessorados em sua mobilização e organização.

O Centro Paula Souza – CPS – na organização do programa entre 1997 e 2007, foi o mantenedor e coordenador do programa, ou seja, o parceiro responsável pela contratação dos recursos humanos (monitores e cozinheiras) e pela assessoria em educação profissional. A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da USP, idealizadora do programa com o CPS, assessorou nas bases conceituais e participou da Coordenação. A Associação Central do PROJOVEM, formada por representantes das associações de pais de cada Núcleo, tinha a missão de coordenar o programa e zelar pelos seus princípios.

Tendo sido sua implantação definitivamente efetivada a partir de 1998, com o início das turmas de jovens (DELFINI, 1998), o programa se desenvolveu em ritmos diferentes em cada uma das regiões de atuação, chegando em 2004 com sete Núcleos em funcionamento: - Presidente Venceslau, Promissão, Bananal, Peruíbe, Rancharia, Maracá e Mirante do Paranapanema.

Em 2006 o CPS solicitou a suspensão das matrículas para que se começasse um estudo sobre a institucionalização do PROJOVEM dentro das diretrizes da Educação Profissional Formal, na categoria de Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores. Os então monitores do Programa participaram destes estudos, sendo que a maioria deles foi contratada posteriormente como professores. Entretanto, as associações se

dispersaram, entendendo que a proposta do CPS feria alguns princípios básicos de autonomia do programa. A diretoria da Associação Central de Pais vem tentando, desde então, mobilizar as Associações locais no sentido de estabelecer uma parceria formal com o CPS, onde este ofereceria o novo curso – Gestão de Projetos da Agricultura Familiar - que viria a ser parte do programa como um todo. Pouco se avançou neste sentido. Atualmente, estão efetivamente em funcionamento duas Associações de Pais, Núcleo de Promissão e Núcleo de Maracaí, com nenhuma relação direta com o CPS, que mantém sete turmas do curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores em Gestão de Projetos da Agricultura Familiar: Maracaí, Rancharia, Peruíbe, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio e Promissão (duas turmas), com cerca de cento e setenta alunos. No período analisado pela pesquisa, ainda estava em funcionamento o Núcleo de Bananal, o de Mirante do Paranapanema havia iniciado uma turma em 2004, que encerrou em 2007 e o de Presidente Epitácio estava em fase mobilização.

### **2.3. Currículo e Enfoque Pedagógico**

Tendo como referência a escola construtivista, o programa integra as seguintes práticas pedagógicas: a Pedagogia de Alternância, a Pedagogia de Projetos e o Ciclo de Aprendizagem Experiencial, buscando a significância do aprendizado e a valorização da realidade do jovem. Dessa forma, a problematização, a interdisciplinaridade, a contextualização e os ambientes de formação se constituem em ferramentas básicas para a construção das habilidades, atitudes e conhecimentos que estruturam as competências requeridas para a formação do jovem empresário rural (PERES, 1998).

**2.3.1. A Pedagogia de Alternância** está baseada em programas desenvolvidos inicialmente na França, quando se tentava viabilizar aos jovens filhos de agricultores, acesso à educação, organizando-a de forma a relacioná-la com a sua realidade e não afastá-los por longos períodos do contato da família. No Brasil existem diferentes experiências em Pedagogia de Alternância, das quais podemos destacar as Escolas Famílias Agrícolas e as Casas Familiares Rurais. Estas experiências são denominadas de CEFFA's – Centros Familiares de Formação em Alternância.

Este movimento teve início com as Casas Familiares Rurais (Maisons Familiales Rurales), na França, em 1935, quando três agricultores e um abade na comunidade Serignac-Péboudoude, um pequeno vilarejo na região Lot-et-Garonne, prestaram atenção à recusa de um adolescente de quatorze anos em ir à escola na qual estava matriculado, por acreditar que não aprenderia ali o que achava necessário para continuar a atividade de seus pais. Começaram então a discutir um modelo de formação que permitisse a seus filhos educarem-se ao mesmo tempo em que se preparassem para suas futuras profissões. Queriam uma escola que atendesse às angústias de seus filhos adolescentes, como a necessidade de *“agir, crescer, ser reconhecido, assumir um lugar no mundo dos adultos, adquirir um status e papéis”* (COSTA, 1998).

O abade Granereau se propôs a orientar a formação de um grupo de jovens e a partir das discussões ente os pais e o religioso sobre como seria esta “nova” escola, nasceram as bases da Pedagogia de Alternância:

- a permanência do jovem por três semanas em seu meio sócio-profissional e uma semana na escola,
- a responsabilização das famílias na educação de seus filhos, e
- um programa de estudos que abordasse uma formação técnica, geral e humanística.

Como não era qualificado para o ensino de técnicas agrícolas, Granereau inscreveu-os os alunos na escola Superior de Agricultura de Pupan, em Toulouse, que oferecia cursos técnicos por correspondência. Dessa forma, os planos de trabalho propostos por correspondência serviriam de apoio para os estudos teóricos e técnicos. A fim de assegurar a continuidade de estudos de cada jovem, o abade propôs agrupá-los por uma semana completa, em regime de internato, aumentando a eficiência do período na escola, pois se evitava a perda de tempo no percurso entre a casa e a escola e vice-versa. Isto também contribuiria para que os jovens aprendessem a compartilhar suas experiências, lapidassem sua vivência coletiva e organizassem seu método de estudo (CHARTIER, 1997).

O apoio do Sindicato Central de Iniciativa Rural (SCIR)<sup>4</sup>, da qual Granereau era membro, foi fundamental para os contatos oficiais com o Ministério da Agricultura, que indicou a regularidade da nova escola abrangida pela lei de 18 de janeiro de 1929, que regia a aprendizagem agrícola e autorizava: i) aos pais darem uma declaração de aprendizagem aos filhos que atuassem como aprendizes em sua propriedade rural, ii) que a formação teórica da aprendizagem agrícola fosse ministrada por uma escola agrícola, em regime de correspondência e sob a orientação de um monitor da região. O SCIR criou uma Seção de Aprendizagem Agrícola para incentivar a nova proposta de formação, elaborando os estatutos das Casas Familiares Rurais - CFR a partir das idéias de formação de jovens camponeses, propostas pelo Abade Granereau e os três agricultores da comunidade de Serignat-Péboudou - Callerwaert, Clavier e Peyrat.

O movimento se expandiu e em 1945 já havia na França, sessenta CFR e duas escolas de formação de monitores, tendo também sido criada a União Nacional das Casas Familiares Rurais.

Em 1954 foram criados os cursos de Formação Pedagógica e os Centros de Especialização Pedagógica para monitores das CFR, para dar retaguarda à grande expansão do movimento.

Em 1958 a experiência se internacionalizou com a criação da primeira CFR italiana, na Região de Treviso.

Começam a surgir novas experiências a partir de adaptações à proposta das CFR, constituindo-se assim o Movimento da Pedagogia de Alternância, que chega ao Brasil em 1968, no Espírito Santo com a Escola Família Rural de Olivânia.

Hoje a Pedagogia de Alternância está presente em 30 países, sendo que 10 deles nas Américas do Sul e Central. No Brasil os diferentes programas que adotam esta metodologia são chamados de Centros de Formação em Alternância.

No caso do PROJOVEM ela é aplicada através da organização do calendário onde as atividades são distribuídas em Sessões de Núcleo, que têm duração de uma semana com atividades conjuntas - teóricas, práticas, vivenciais e de visitas - e Sessões Família, quando

---

<sup>4</sup> Sindicato Rural criado por militantes do “Movimento Sillon”, iniciado por Marc Sangnier, no final do século XIX, no Colégio Stanislau, na França, com tendência democrata-cristã. A SCIR tinha por missão, contribuir para o desenvolvimento do meio rural, centrado na organização sócio-profissional dos agricultores (COSTA, 1998).

o jovem volta para suas atividades de rotina na propriedade, junto com sua família, devendo desenvolver algumas tarefas relacionadas à semana de Núcleo e coletando dados para compartilhar com os colegas e monitores nos próximos encontros. Neste período a família será visitada ao menos uma vez por um monitor que fará o acompanhamento individualizado do jovem e o trabalho de envolvimento da família como co-responsável pela formação do filho (DELFINI, 1998).

Assim, ao apresentar uma nova dinâmica de interação entre os atores do projeto educativo, a formação em alternância traz em seu bojo uma problemática complexa em termos de relações construídas entre o meio escolar e o meio familiar/produtivo/profissional.

**2.3.2.** A **Pedagogia de Projeto** é utilizada como principal instrumento de desenvolvimento de autonomia, responsabilidade e organização do jovem. Estas são características básicas do empreendedorismo necessário ao empresário, além de contribuir no processo de resgate de sua auto-estima a partir da descoberta de seus potenciais.

Conceitualmente, a Pedagogia de Projetos surge da necessidade de desenvolver uma metodologia de trabalho pedagógico que valorize a participação do educando e do educador no processo ensino-aprendizagem, tornando-os responsáveis pela elaboração e desenvolvimento de cada Projeto.

Segundo Hernandez (1998), os Projetos de Trabalho contribuem para uma resignificação dos espaços de aprendizagem voltando-os para a formação de sujeitos ativos, autônomos, reflexivos e participativos.

Os Projetos de Trabalho permitem uma aprendizagem por meio da participação ativa dos educandos, vivenciando as situações-problema, refletindo sobre elas e tomando atitudes diante dos fatos. Ao educador compete resgatar as experiências do educando, auxiliá-lo na identificação de problemas, nas reflexões sobre eles e na concretização dessas reflexões em ações.

O educando traz consigo uma história de vida, modos de viver e experiências culturais que devem ser valorizados no seu processo de desenvolvimento. Essa valorização se dá a partir do momento em que ele tem a oportunidade de decidir, opinar, debater, construir sua autonomia e seu comprometimento com o social, identificando-se como sujeito que usufrui e produz cultura, no pleno exercício de sua cidadania (NIED, 2007).

Chaves (2001) defende a idéia de que a aprendizagem escolar se faça predominantemente por projetos de aprendizagem – a pedagogia de projetos – indicando como justificativas importantes que:

- *A pedagogia de projetos de aprendizagem procura evitar que crianças, adolescentes e jovens sejam obrigados a deixar de lado sua imaginação e sua criatividade ao entrar na escola, incentivando-os a pensar em coisas que gostariam de aprender e de fazer, cabendo ao professor procurar maneiras de, em cima desses interesses, tornar a atividade dos “aprendentes” útil no desenvolvimento de competências e habilidades básicas importantes para que vivam vidas autônomas, produtivas e responsáveis;*
- *A pedagogia de projetos de aprendizagem procura impedir que a aprendizagem se torne algo passivo, puramente verbal e teórico, e, por conseguinte, desinteressante, abrindo o maior espaço possível para a participação ativa das crianças, dos adolescentes e dos jovens, não só na concepção e na elaboração dos projetos, mas também na sua implementação e na sua avaliação, pois a participação dos “aprendentes” nos projetos não só os motiva (por estar relacionada com seus interesses) como torna a sua aprendizagem ativa e significativa – um real fazer mais do que um mero assimilar;*
- *A pedagogia de projetos de aprendizagem procura restabelecer um vínculo entre a aprendizagem que acontece na escola e a vida das crianças, dos adolescentes e dos jovens, pois os projetos que eles escolhem ou sugerem partem, inevitavelmente, de questões relacionadas à sua vida e à sua experiência que lhes parecem importantes e sobre as quais eles se interessam em aprender mais.*

O eixo de formação dos jovens no âmbito pedagógico do PROJOVEM é a elaboração, pelo jovem, de um Projeto de Investimento de Capital - PIC em atividade rural. Desta forma todas as atividades acontecerão tendo o PIC como tema referencial ou gerador. O jovem deverá concluir a elaboração do projeto até o final do segundo ano de programa quando deverá iniciar a sua implantação, ficando para o período do terceiro ano a execução e monitoramento do projeto assim como a discussão da sua relação com os projetos da propriedade e o papel do jovem enquanto gestor rural no desenvolvimento de sua comunidade.

As Bases Tecnológicas (conteúdos programáticos) estão organizadas a partir de conhecimentos relacionados às fases de elaboração do PIC, ou seja, o Diagnóstico, o Estudo de Mercado, a Engenharia do Projeto e as Análises e Avaliações, como descrito na figura 1. Após elaborado, o projeto é apresentado para a comunidade representada pela Associação de Pais do programa, onde é questionado a partir da vivência dos agricultores da região. Se for aprovado, passa por uma avaliação técnica<sup>5</sup> (viabilidade econômica, ambiental, social e política), que determinará sua condição para busca de financiamento (DUARTE, 1998)



Figura 1 : Jovens em atividade de mutirão na fase de Diagnóstico de uma das propriedades. Presidente Venceslau, 2000.

---

<sup>5</sup> A avaliação dos projetos é feita por um corpo de estagiários do curso de Engenharia Agrônômica da ESALQ – USP, que presta este serviço dentro de sua previsão de carga horária para estágio supervisionado.

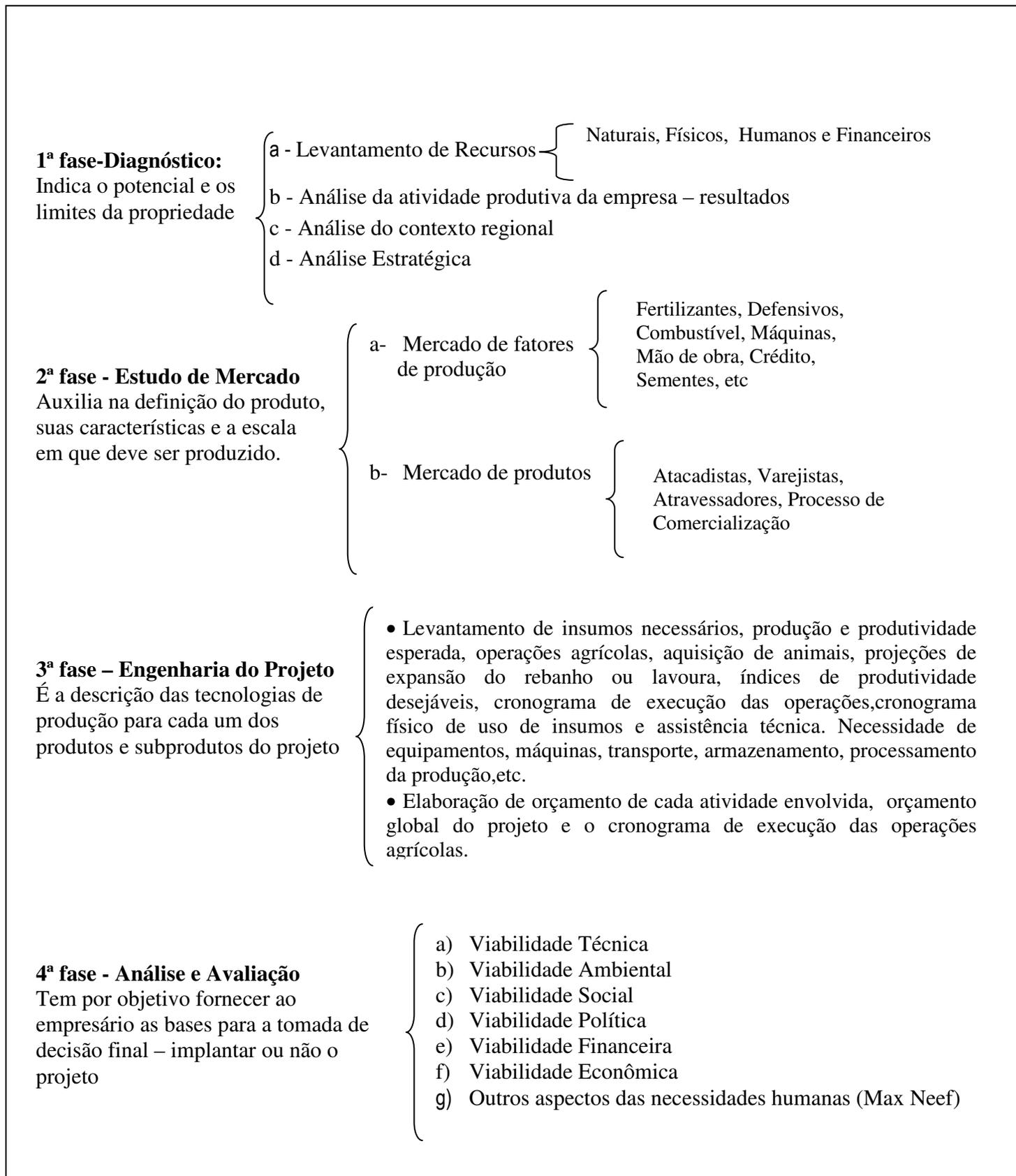


FIGURA 2 – Esquema de Organização das Bases Tecnológicas do PIC – PROJovem.



FIGURA 3 - Jovens em atividade de Núcleo, sistematizando informações dos seus projetos, colhidas na sessão junto à família. Presidente Venceslau, 2001.

**2.3.3 - O Ciclo de Aprendizagem Experiencial** é um instrumento de análise reflexiva a partir de uma experiência vivenciada pelo jovem ou pelo grupo. Tem como principal característica contextualizar o conceito desenvolvido com a realidade do aluno.

A aprendizagem experiencial apresenta referenciais de análise da interação entre educação, trabalho e desenvolvimento pessoal.

*Baseada na tese (articulada primeiramente por L.S. Vigotski) de que “aprender pela experiência é o processo através do qual o desenvolvimento humano ocorre” (KOLB, 1984), esta perspectiva educacional é assim denominada para “vincular a proposta às origens intelectuais dos trabalhos de Dewey, Lewin e Piaget” - considerados por Kolb os construtores da base do aprendizado através da experiência - e “para enfatizar o papel central que a experiência tem no processo de aprendizado”. (CHAVES, 2002)*

Ao desenvolver os trabalhos com a metodologia da pesquisa-ação e com dinâmicas de grupo, Kurt Lewin contribuiu com o conceito de aprendizagem experiencial, visto a busca

pela integração entre teoria e prática permear todo o seu trabalho. Para Kolb (1984), esta preocupação aparece resumida em sua conhecida frase: “*Nada é tão prático como uma boa teoria*”. Já a teoria do desenvolvimento cognitivo, de Piaget, estabeleceu bases para a aprendizagem experiencial, ao determinar que a experiência permeia o processo dialético de assimilação e acomodação de conhecimento e aprendizado. De maneira mais pragmática, Dewey via a experiência como pólo estruturante e organizador da aprendizagem.

Para Chaves (2002), o que define a Aprendizagem Experiencial são princípios educacionais construídos mediante uma visão clara do ser humano que se quer formar e da função da educação neste processo. Kolb (1984) nos apresenta uma descrição desta teoria:

*“Isto diferencia a teoria do aprendizado experiencial de teorias racionalistas e outras teorias cognitivistas que tendem a dar ênfase primordial à aquisição, manipulação e uso de símbolos abstratos, e de teorias de aprendizado comportamentais que negam qualquer papel à consciência e à experiência subjetiva no processo de aprendizado. Deve-se enfatizar, no entanto, que o objetivo deste trabalho não é colocar a aprendizagem experiencial como uma terceira alternativa(...), mas sim sugerir, através da aprendizagem experiencial, uma perspectiva holística, integrativa que combina experiência, percepção, cognição e comportamento.”*

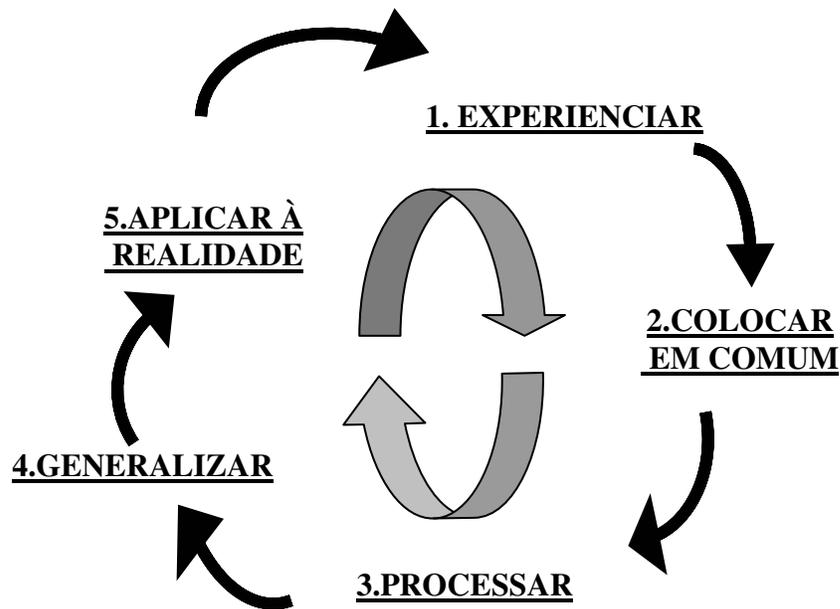
O Ciclo de Aprendizagem Experiencial se inicia com a **Experiência Concreta**, no caso, com a aplicação da atividade dinâmica escolhida. Exemplos de atividades que podem constituir a dinâmica de grupo vão desde a leitura de um conto, uma peça de teatro, um jogo, até uma simulação bem elaborada. O essencial é que a atividade contenha os elementos alinhados com o objetivo pedagógico planejado. Num segundo momento, dá-se a **Observação Reflexiva**. Este é o momento em que o que se quer é que os participantes façam observações, exclamações, afirmações, enfim, que se expressem suas impressões e sentimentos sobre o que vivenciaram. É o reflexo da experiência que se quer ver, sem qualquer interrupção ou filtro. Enquanto no primeiro momento há espaço para a manifestação natural do lado afetivo do indivíduo, num segundo momento, está-se descrevendo o que foi vivido. É só no terceiro momento, quando da **Conceitualização Abstrata**, que se dá início a um processo racional de abstração, quando se começa a conceituar as observações realizadas e dar-lhes significação a

partir, não mais apenas da dinâmica de grupo, mas sim da experiência individual ou de grupo que se viu refletida na atividade. O último passo no ciclo de aprendizagem experiencial é a chamada **Experimentação Ativa** que nada mais é do que a elaboração de alternativas de mudanças que possam subsidiar uma nova experiência, o planejamento de futuro. E aí se recomeça o ciclo com a nova experiência, que pode ser a aplicação na vida real.

*A idéia central aqui, é que o aprendizado, e conseqüentemente, o conhecimento requerem tanto uma apreensão como uma representação figurativa da experiência e uma transformação desta representação. A apreensão figurativa ou a transformação operativa por si só não são suficientes. A simples percepção da experiência não é suficiente para aprender; algo deve ser feito com ela. Similarmente, a transformação por si só não representa o aprendizado, deve existir algo a ser transformado, algum estado ou experiência sobre o qual se está agindo. (KOLB, 1984, p.42)*

No PROJÓVEM, o Ciclo de Aprendizagem Experiencial descrito por Kolb, é aplicado conforme apresenta Chaves, 2000, na figura 4.

## UTILIZAÇÃO DO CICLO DE APRENDIZAGEM EXPERIENCIAL NO PROJovem



**1- Experienciar (Experiência Concreta):** Esta é a primeira etapa do ciclo. É o momento onde ocorre a geração de dados, a observação e a coleta de informações para a posterior análise reflexiva. Pode ser aplicado a partir de leituras, exibição de filmes, visitas a propriedades, exercícios, dinâmicas e simulação de situações. É o vivenciar.

**2- Colocar em comum (Observação reflexiva):** Trazer para a consciência o que aconteceu: fenômenos, práticas, comportamentos, etc. PERGUNTA: O que aconteceu? O que foi visto?

**3- Processar (Conceitualização Abstrata):** Extrair lições sobre o exercício realizado. PERGUNTA: Olhando para os fatos, que conclusões podemos tirar?

**4- Generalizar (Conceitualização Abstrata):** Fazer a relação entre a experiência vivenciada na atividade e a realidade. PERGUNTA: Que fatos/situações do seu dia-a-dia você pode identificar que tenham relação com as conclusões tiradas?

**5- Aplicar à realidade (Experiência Ativa):** Criar mecanismos de mudanças. PERGUNTA: O que podemos fazer para melhorar nosso trabalho, a nossa vida?

Fonte: Adaptado de Chaves (2000).

FIGURA 4 – Esquemática do Ciclo de Aprendizagem Experiencial.

## **2.4. Recursos Humanos**

A idealização de um programa de formação que objetiva o desenvolvimento dos territórios onde estiver inserido demanda muita pesquisa e discussão além de uma concepção participativa sustentando o resultado de todo este processo. Entretanto, a implantação e o desenvolvimento deste produto depende fundamentalmente da identificação de indivíduos com perfil para as diferentes ocupações e principalmente de treinamento, capacitação e assessoria para que estes atores possam, além de entender, assimilar e assumir a proposta com o mesmo entusiasmo e dedicação que seus idealizadores, garantindo os conceitos e a linha básica do programa. Neste sentido, a coordenação do PROJOVEM, desde seu início, se responsabilizou pela organização e desenvolvimento de módulos de capacitação para monitores e pais.

### **2.4.1. Monitores**

A Linha Básica do PROJOVEM<sup>6</sup> apresenta como necessário para ser monitor, as seguintes condições:

- Ser agente facilitador e orientador do aprendizado do jovem, aprendendo junto com ele.
- Ser aprovado pela Associação de Pais.
- Procurar sempre se capacitar para melhorar seu desempenho.
- Ser profissional da área agropecuária e/ou pedagógica
- Cada turma de jovens tem dois monitores que se responsabilizam por todas as atividades que o processo pedagógico dentro da metodologia proposta exige.

Antes do início do programa foram realizados dois módulos de quarenta (40) horas cada, para a preparação de monitores. Entre os anos de 1998 e 2001, foram organizados sistematicamente, dois encontros de dezesseis (16) horas cada, por semestre, ou seja sessenta e quatro (64) horas presenciais por ano. A partir de 2001 os encontros aconteceram de forma semestral, computando trinta e duas (32) horas presenciais por ano. Estes encontros trabalhavam de forma teórica e prática os diferentes conceitos e metodologias relacionados ao

---

<sup>6</sup> Documento elaborado com pais e monitores traçando os princípios do que poderia ser chamado de normatização do programa, apresentado em PERES (1998).

programa, sempre seguindo os princípios da Pedagogia de Alternância, onde os temas eram desenvolvidos a partir das situações vivenciadas pelos monitores durante as atividades em seus núcleos e nas visitas às famílias.



FIGURA 5 : Encontro de capacitação de monitores. Jundiaí, 2001.

#### 2.4.2 – Pais

A Linha Básica do Programa menciona os pais em duas categorias, ou seja, como Pais especificamente e de forma institucional, na figura da Associação de Pais:

##### PAIS

- São co-responsáveis pela educação do filho.
- São membros da Associação de Pais e nela atuam efetivamente.
- São comprometidos com a orientação do trabalho/projeto do jovem na propriedade.

##### ASSOCIAÇÃO DE PAIS

- È dona e administradora do Núcleo.
- É a responsável pelas decisões relacionadas ao programa.
- Viabiliza e dá sustentação ao trabalho do Núcleo.

- É atuante na educação dos jovens.
- É soberana, participativa e legalmente responsável pelo Núcleo.
- É associada à Associação Central do PROJOVEM.
- Pode possuir membros que não sejam pais de jovens participantes do Programa, mas que tenham interesse no desenvolvimento da comunidade local. Entretanto, em questões pedagógicas que afetam os jovens, decidem os associados que têm filhos no programa.
- Assume a Linha Básica do PROJOVEM.

Com o objetivo de reforçar estas características e desenvolver as habilidades e responsabilidades necessárias, foram realizados, desde o início do programa, encontros de 16 horas, semestralmente, com a participação de dois pais e um monitor de cada Núcleo.



FIGURA 6 - encontro de formação de pais do PROJOVEM – Oriente, 2002

## **2.5. Fundo Rotativo e Financiamento dos PIC's**

A implantação dos projetos de investimento de capital necessita de recursos, com os quais as famílias, em sua grande maioria, não têm condições de arcar. Entendo a importância da implantação dos projetos para a formação de seus filhos, e considerando as dificuldades

que eles próprios têm nas tomadas de financiamentos junto ao sistema bancário, mesmo quando a origem dos recursos é governamental, as Associações de Pais, através da Associação Central do PROJOVEM estruturou o Fundo Rotativo do PROJOVEM. Este fundo tem por objetivo, disponibilizar recursos financeiros ou bens e insumos para a implementação dos PIC's dos jovens do programa. Está organizado de forma a captar recursos em empresas públicas, privadas e organizações não governamentais, para a consecução de seus objetivos, assim como facilitar o acesso a créditos institucionais públicos, que já começam a prever a possibilidade de atendimento a jovens agricultores. O fundo tem caráter rotativo, funcionando como um crédito bancário para o jovem, que tem o compromisso com o financiamento de futuros participantes do programa. Para iniciar suas atividades, o Fundo Rotativo contou com uma doação do Instituto Souza Cruz (equivalente ao financiamento de 30 PIC's) e com a parceria do Banco Nossa Caixa do Estado de São Paulo para atuar como agente financeiro. O Fundo Rotativo é regido pela Associação Central do PROJOVEM com a anuência e controle local das Associações de Pais. (CENTRO PAULA SOUZA, 2003)

Tendo começado a funcionar efetivamente em 2002, viabilizou diretamente a implantação de 35 PIC's, tendo recursos em caixa para mais 15 financiamentos, além de ter intermediado a tomada de crédito para mais 40 projetos através do PRONAF Jovem e ONG's. Isso não foi suficiente para o atendimento de todos os jovens com projetos mas sempre houve o empenho para isso, como fica evidente nas palavras do presidente da ACP, Paulo César Fernandes Paulino, *“estamos nos esforçando para que todos os jovens com projetos concluídos tenham a possibilidade de implantá-los”*. (CENTRO PAULA SOUZA, 2003).

Este detalhamento do objeto de estudo teve por finalidade evidenciar as características que estimularam sua escolha para esta pesquisa. O público alvo, as metodologias pedagógicas e as estratégias de estímulo à organização, participação e autonomia das famílias envolvidas são indicadores de compromisso com os objetivos de assessorar os jovens e suas famílias. Nosso trabalho foi verificar a efetividade de sua intervenção junto às comunidades onde foi desenvolvido.

### 3. CONCEITOS NORTEADORES DO TRABALHO

Considerando a diversidade de temas que se relacionam na discussão de programas educacionais, principalmente quando se tem como pano de fundo o desenvolvimento sustentável, neste caso o desenvolvimento rural sustentável, serão apresentados neste capítulo os conceitos e temas que consideramos fundamentais para o embasamento teórico e metodológico desta pesquisa.

#### 3.1. Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial e Agricultura Familiar

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tem sido utilizado como um novo referencial na definição de estratégias que objetivam uma maior qualidade de vida das sociedades atuais e futuras. Enquanto dimensão da Teoria do Desenvolvimento, surge como resultado dos pontos fracos dos modelos que anteriormente prevaleciam (Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Ecodesenvolvimento). Sua implementação abrange desde a economia, a legislação, a educação, as políticas públicas e a administração empresarial, até questões relacionadas com a subjetividade, a conduta e o comportamento humano (CAVALCANTE, 1998)

Devido sua abrangência, a proposta de desenvolvimento sustentável, estimulou muitos autores e instituições a defini-lo. Rodríguez apud Cavalcanti (1997), reúne algumas destas definições, incluindo a sua, que são a seguir apresentadas:

*“Um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as atuais”* (INFORME BRUNDTLAND, 1987).

*“Melhorar a qualidade de vida humana sem superar a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam”* (CUIDANDO DO PLANETA TERRA, 1991).

*“Processo de mudança contínua, na qual a utilização dos recursos, a orientação das invenções e da evolução tecnológica, os rumos do desenvolvimento ecológico, a mudança das instituições, estando de acordo com o potencial e as necessidades das gerações atuais e futuras”* (BECKER, 1993; JIMENEZ, 1995).

*“A gestão e conservação da base de recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica para assegurar e alcançar a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras” (FAO).*

*“Reconceitualização do desenvolvimento como uma interação evolutiva dos processos naturais, sociais e econômicos e uma nova ótica da equidade econômica e social” (AHERN E FABEL, 1992).*

*“Conjunto de estratégias dirigidas a melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de carga dos sistemas ambientais” (CHRISTOFOLETTI,1993).*

*“O outro desenvolvimento: processo que melhora a qualidade de vida de todas as pessoas, na seleção local de atualizadores sinérgicos e que desencadeia a tomada do poder progressivo de seus protagonistas. Não implica necessariamente em maior acesso ao consumo” (QUIROGA, 1994).*

*“Entendemos como Desenvolvimento Sustentável a gestão e administração de recursos e serviços ambientais e a orientação das mudanças tecnológicas e institucionais, no sentido de assegurar e alcançar a satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras, dentro dos limites da capacidade de sustentação dos sistemas ambientais” (RODRIGUÉZ,1997)*

Para este trabalho foi determinante adotar um conceito de desenvolvimento sustentável que considere as necessidades humanas segundo suas categorias e seus elementos de satisfação, como definidas por Max-Neef (1993), onde encontramos: subsistência; proteção; afeto; entendimento; participação; ócio; criação; identidade e liberdade. Tendo esta abrangência, a avaliação de programas de formação de jovens deve acrescentar aos procedimentos tradicionais de aferição de desempenho escolar os aspectos de atendimento às necessidades humanas dos grupos envolvidos.

Ao focarmos as consultas especificamente para o desenvolvimento **rural** sustentável nos deparamos mais claramente com a relatividade do adjetivo que qualifica o desenvolvimento e com a dificuldade conceitual de se operacionalizar a sustentabilidade da expressão, sendo que há a necessidade de compatibilizar o que deve sustentar-se (manter-se) com o que deve desenvolver-se (crescer). A pergunta colocada por Carmo (1998) é: *“Como conciliá-los para que a sustentabilidade seja entendida de forma dinâmica, e o*

*desenvolvimento pressupõe limites na efetivação do bem-estar econômico para se poder realizar um bem-estar social e ambiental?”*

Esta pergunta é importante pois questiona a base tecnológica produtiva vigente, desenvolvida a partir da modernização conservadora da agricultura, marcada pela internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, entre outros eventos, que modificaram a estrutura e o perfil da produção agrícola (MARTINE, 1990).

Não se trata apenas de reduzir a níveis aceitáveis a utilização de agro-químicos ou o uso de maquinários impactantes ambientalmente, mas sim de se pensar o processo produtivo de maneira sistêmica, inclusive quanto a suas implicações sociais e políticas. Estas considerações devem nortear a avaliação de programas que objetivam formar jovens para empreenderem uma atividade na agricultura familiar, verificando sobre que bases tecnológicas, sociais e econômicas, seus projetos serão planejados e implantados.

Diversos estudiosos têm voltado seus trabalhos para o entendimento dos processos que caracterizam a agricultura familiar de maneira diferenciada dentro do contexto produtivo.

Tradicionalmente, o conceito de agricultura familiar baseia-se na relação entre família e exploração. Para Lamarche (1998) *"a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família"*. Os membros da unidade de produção constituem um grupo tendo como base as relações. Dessa forma, a exploração familiar assegura a subsistência de todo o grupo e representa um patrimônio a ser transmitido na reprodução do grupo familiar.

Chayanov (1966) afirma que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por princípios gerais de funcionamento que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. De acordo com esses princípios a empresa familiar não tem como base a apropriação do trabalho alheio. A origem do trabalho é o próprio proprietário dos meios de produção (WANDERLEY, 1998). Dessa forma, para Chayanov (1966), o camponês gera sua própria existência, tendo como principal objetivo econômico organizar o trabalho para atender às demandas da família, e se possível, poupar ou investir (SOUZA, 2002).

O pensamento Chayanoviano sobre a dinâmica interna da família é de que a relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades será responsável pela escolha da família em relação à comercialização e ao uso de financiamentos ou insumos industriais. (ABRAMOVAY, 1992).

Segundo Mendras (1978), na agricultura familiar, a família constitui uma comunidade onde cada integrante contribui com sua força de trabalho para garantir sua subsistência, sem haver contabilização do seu trabalho, que, portanto não é remunerado. Ele define o campesinato a partir do grupo doméstico, e sua organização tanto econômica quanto social determina sua autonomia frente à sociedade. Afirma que para entender o camponês, é necessário antes entender a família camponesa, que constitui uma unidade indissociável e conta ao mesmo tempo com os braços que trabalham e as bocas a serem alimentadas. Sendo a terra o maior patrimônio da família, a maior preocupação do camponês está na perpetuação do sistema, na manutenção do seu gênero de vida e na continuidade de sua família (SOUZA, 2002).

Para Tepicht (1973), a família está no centro da economia camponesa e esta, por sua vez, se constitui através da simbiose entre o empreendimento agrícola e a economia doméstica, expressa no grupo familiar. A economia camponesa é incorporada à economia capitalista via mercantilização, crescendo e se desenvolvendo, mantendo, contudo, particularidades como a relação entre a empresa agrícola e a família. Na visão de Tepich, a economia e a sociedade camponesa estão embasadas em quatro pontos: o caráter familiar que se dá através do coletivismo interno e do forte individualismo exterior; as relações entre os fatores de produção; as relações entre economia camponesa e mercado; e as relações entre trabalho e renda (SOUZA, 2002).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresenta a distinção entre as agriculturas familiar e patronal, ressaltando o perfil distributivo e de melhorias sócio-culturais da primeira e a tendência de forte concentração de renda e exclusão social da segunda. Esta diferenciação entre os dois tipos de agricultura é detalhada na Tabela 1.

TABELA 1 - Modelo Patronal e Modelo Familiar.

Modelo Familiar	Modelo Patronal
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho e gestão intimamente relacionados.</li> <li>• Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários.</li> <li>• Ênfase na diversificação</li> <li>• Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.</li> <li>• Trabalho assalariado complementar.</li> <li>• Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Completa separação entre gestão e trabalho.</li> <li>• Organização centralizada.</li> <li>• Ênfase na especialização.</li> <li>• Ênfase em práticas agrícolas padronizadas.</li> <li>• Trabalho assalariado predominante.</li> <li>• Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.</li> </ul>

Fonte: INCRA <http://www.incra.gov.br> 2001.

Esta revisão de conceitos já consolidados nos ajuda a entender os caminhos percorridos historicamente para chegarmos a atual condição da agricultura familiar no Brasil.

Desde a colonização brasileira ficam caracterizados a grande concentração fundiária e o apoio à agricultura patronal, sendo que o fluxo colonizador vem se constituir em exceção, pois permitiu a opção à agricultura familiar desde o sudeste do Paraná até o extremo sul do país (VEIGA, 1996).

A grande propriedade foi um modelo reconhecido pela sociedade brasileira. Toda a política agrícola foi direcionada no sentido de modernizá-la e assegurar sua reprodução. A agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário. “Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEY, 1995).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), são consideradas propriedades familiares, aquelas cuja direção é exercida pelo produtor e onde o trabalho familiar é superior ao contratado.

O Censo Agropecuário de 1995/96 registrou 4.859.864 estabelecimentos rurais, dos quais 4.139.369, ou seja, 85% são estabelecimentos familiares. Estes estabelecimentos ocupam uma porcentagem de 32,1% do total das áreas ocupadas pelos estabelecimentos rurais no Brasil.

Fazendo um estudo da agricultura familiar e do agronegócio nos anos 90, Del Grossi e Graziano da Silva (1999) relatam o aumento do fosso entre os proprietários familiares e os grandes empregadores da agropecuária brasileira. As pequenas e médias empresas familiares perdem espaço na década de 90, diferentemente do observado em décadas anteriores, devido à queda de rentabilidade que é atribuída à queda dos preços dos produtos agropecuários; ao aumento dos custos do trabalho e do crédito rural e à redução de inovação no setor agropecuário.

O Decreto 1946, de 28.06.96 criou o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar com o objetivo de financiar "as atividades exploradas diretamente pelo produtor rural e sua família, incluindo a produção e serviços agropecuários e não agropecuários" (GOVERNO FEDERAL, 1996). A operacionalização das linhas de financiamento deste Programa é realizada pelos bancos credenciados. Os recursos do PRONAF são repassados pelo BNDES às instituições financeiras.

As diretrizes do PRONAF *"têm como referência experiências européias, principalmente da França"* (CARNEIRO, 2000), que investiu em políticas sociais que garantiam as transformações do campo, quando, no pós-guerra, baseou na agricultura familiar suas estratégias de modernização do setor. A importação de modelos adotados por outros países deve considerar as especificidades das conjunturas e os contextos históricos de cada realidade. No caso brasileiro, o direcionamento do pós-guerra na política agrícola foi no sentido *"da modernização econômica e tecnológica da grande produção"* (CARNEIRO, 1999). Além das diretrizes são também questionadas as estratégias de implementação de seus programas que, por vezes se perde na burocracia entre o governo e o sistema bancário, dificultando o acesso do agricultor familiar ao crédito.

A magnitude dos números acima, associada às demais informações aqui apresentadas, indicam a necessidade de olhar atentamente para programas/projetos que tenham como foco o fortalecimento da agricultura familiar. A consideração das especificidades e reais necessidades deste grupo, dentro dos conceitos de desenvolvimento com sustentabilidade, devem nortear o estabelecimento das abordagens e estratégias propostas.

### **3.2. Juventude Rural**

A juventude, como construção social, é vista como a fase da vida marcada pelas incertezas relacionadas a problemas sociais que têm como um de seus desdobramentos as tensões geradas em torno da vontade de permanecer por mais tempo longe das responsabilidades, tais como o casamento e a constituição de família, para dedicar-se a outros projetos (estudo, profissão, divertimento, etc) e um mercado de trabalho cada vez mais restrito aos jovens com ou sem experiência profissional. Pode ser denominada como a fase da vida em que o jovem passa da heterogeneidade da infância para uma condição de maior autonomia reconhecida pela sociedade e assumida pelo adulto. O jovem, no seu processo de socialização, passa do mundo privado das relações familiares para o mundo dos espaços públicos, ampliando as possibilidades de interação social e mediação do outro no processo de apropriação do mundo (ANDRADE, 1998).

Nesta etapa, a família e a escola são as principais instituições socializadoras que, ao longo da história, vem sofrendo profundas modificações, especialmente nos últimos 50 anos. Por esta razão, o jovem deve sempre ser considerado dentro do contexto de arranjos familiares em que está inserido. Tratando-se do jovem rural, este alerta torna-se imprescindível visto que ao compreendê-lo no seio das dinâmicas familiares podemos identificar particularidades significativas em relação ao jovem inserido em uma família urbana moderna. Um aspecto fundamental destas particularidades está relacionado à esfera do trabalho, que para o jovem do campo se dá ainda dentro da família. Via de regra, o jovem rural é inserido precocemente no mundo do trabalho, aos 9 ou 10 anos de idade, por meio de tarefas simples, sendo gradualmente intensificadas. Para Spósito (2003) e Abramo (2006), mais importante do que caracterizar as relações do jovem com estas instituições socializadoras é buscar compreender como os jovens vivenciam e significam estas relações.

A categoria Juventude tem sido foco de diferentes estudos, que remontam ao início do século passado. Entretanto, o objeto estudado sempre foi a população jovem dos grandes centros urbanos. O universo sócio-cultural dos jovens rurais apenas recentemente tem chamado a atenção da comunidade acadêmica, em muito devido às questões relacionadas à problemática da migração rural/urbano, tendo em vista o crescente êxodo que atinge principalmente o segmento juvenil do campo (ABRAMOVAY, 1998).

Dentre a diversidade de temas que envolvem esta categoria, as questões relativas à educação, ao trabalho e à cultura e lazer são as que mais têm despertado o interesse dos estudiosos. Segundo a maioria das pesquisas, estas questões estão diretamente ligadas à decisão dos jovens, filhos de agricultores familiares, em ficar ou partir do campo (CARNEIRO, 1998; GUARANÁ, 2004).

Sendo a temática trabalho a dimensão mais focada, visto as pesquisas existentes referirem-se ao jovem basicamente na condição de aprendiz de agricultor no interior do processo de socialização e de divisão social do trabalho no seio da unidade de produção familiar ou como trabalhador fora da unidade familiar de produção, complementando a renda da família, os jovens rurais permanecem na invisibilidade no que diz respeito a sua inclusão nas demais esferas da vida social, tornando mais complexo o processo de inserção deste público em uma sociedade que se globaliza culturalmente. Isso também é identificado no campo das políticas públicas, onde os jovens não recebem tratamento diferenciado por gênero e renda na maioria dos programas governamentais, sobretudo aqueles que buscam o fortalecimento da agricultura familiar (STRAPASOLAS, 2006).

### **3.2.1. O jovem rural**

Para que se possam identificar as especificidades dos jovens rurais e entender a formação desse novo sujeito social é necessário que se processe a desconstrução de alguns mitos conceituais como o de que a juventude rural se sente atraída pela cidade, ou o de que a juventude rural deve permanecer no campo, ou ainda, de que a categoria juventude é auto-explicativa e auto-evidente, capaz de ser analisada apenas através de comportamentos ou idade (GUARANÁ, 2004).

Weisheimer (2004), identificou cinco abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre juventude rural nos diferentes trabalhos publicados sobre tema, no período de 1990 a 2004. São elas: faixa etária; ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida e representação social. Alguns autores se apóiam em uma dessas abordagens enquanto outros fazem diferentes combinações entre elas.

Para Basílio (2006), os critérios de representação ou de auto-representação do universo rural para os jovens, obedecem a aspectos que não se limitam a uma faixa etária específica. A entrada no mundo do trabalho pode ser um destes critérios, ou ainda, o casamento como

entrada na vida adulta e, por conseguinte ser solteiro e não ter constituído unidade familiar como sinônimo de juventude.

Deve-se considerar também a existência de um critério de reconhecimento do ser jovem enquanto processo coletivo, ou seja, fazer parte de um grupo de jovens pode ser uma definição e uma auto-representação do que venha a ser o significado da juventude em uma determinada comunidade.

A imprecisão conceitual do termo rural na sociedade contemporânea, considerando as mudanças acontecidas na última década do século passado, contribui para a dificuldade de definição da categoria juventude rural. Faz-se necessário um maior esforço reflexivo sobre as questões relativas ao modo de vida das populações rurais, na busca de desvendar e teorizar sobre a presença marcante de fenômenos, ações, processos e atores sociais que dão os contornos desse Novo Rural (CARNEIRO, 1998).

### **3.2.2. Projetos e perspectivas de futuro**

As perspectivas de futuro dos jovens no campo interferem diretamente na concepção de seus projetos de vida, sejam individuais ou coletivos. O respeito e compromisso com a família podem subjugar os projetos individuais, entretanto, o desejo de melhorar o padrão de vida os impulsiona a pensar estratégias de conquistas de novos espaços. Sonhar em morar na cidade ou ter nos centros urbanos um fio condutor para os próximos passos, não significa necessariamente a negação de sua identidade rural, entretanto, este dilema campo/cidade não é apenas reflexo de uma oposição histórica, mas é ao mesmo tempo uma dualidade que contribui para a formação dessa identidade mista (BASILIO, 2006 ).

Apesar das dificuldades atuais enfrentadas pelos jovens rurais para se estabelecerem no mercado de trabalho e da precariedade das condições de trabalho a que são submetidos, a avaliação que fazem do futuro próximo é, paradoxalmente, otimista. A quase totalidade deles vislumbra um futuro melhor para suas vidas pessoais com base em dois principais fatores: a possibilidade de virem a trabalhar (ou de terem uma profissão) e o término da formação escolar (um associado ao outro) (CARNEIRO, 2005).

A permanência no campo e o compromisso com a família podem se dar de diversas maneiras. Quando os jovens buscam os centros urbanos com o objetivo de melhorar de vida, essa decisão está na maioria das vezes, referenciada na possibilidade de acesso ao mundo do

trabalho. Esse acesso efetivamente não é simples. A dificuldade ao concorrer com jovens urbanos se torna responsável pela volta de muitos ao campo. Ou seja, o aumento de escolaridade em relação à geração de seus pais, nem sempre possibilita a realização de seus ideais na cidade. Como não contam com o mesmo capital cultural e social dos jovens urbanos, os jovens do campo ficam em desvantagem na competição pelo mercado de trabalho da cidade (CARNEIRO, 2005).

Esta discussão nos faz entrar no debate sobre a sucessão, a hereditariedade e o desenvolvimento de programas de viabilização da permanência dos jovens no campo.

Ao fazer a análise da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, Carneiro (2005) relata que os valores em relação à cidade mudam quando os jovens se sentem motivados a valorizar o lugar em que vivem diante da melhoria das condições de infra-estrutura local e das possibilidades de ocupações agrícolas e não-agrícolas.

Um outro fator interessante para pensarmos a permanência dos jovens no campo é a ocupação destes na cena pública. Se por um lado, as políticas sociais de fixação do jovem no campo como imposição de continuidade do trabalho dos mais velhos gera incômodo, por outro os próprios grupos juvenis organizados pautam o debate das políticas públicas, pensando em ações que beneficiem e dêem conta de resolver demandas atuais. Para Sposito e Carrano (2003), embora recente, observa-se na sociedade brasileira um consenso inicial em torno da necessidade de implementação de políticas públicas destinadas à juventude. Assim, a questão da juventude deixa de ser tema da subjetividade, encarada como problema ou questão da vida privada, para ser pontuada como espaço de demandas de políticas públicas, tendo ainda nas ações da área de direitos destinadas as crianças e adolescentes um limite, uma vez que não dão conta da fase seguinte – a juventude. São por sua vez conflitantes as respostas nas áreas de segurança, de saúde, de educação e principalmente de inserção no mundo do trabalho. Várias dessas políticas ensaiam mudanças nos padrões de sucessão nas comunidades rurais em geral. Mas, ainda são iniciativas recentes, sendo muitas delas restritas e pouco adequadas as diversas realidades regionais.

### **3.2.3. A relação Jovem – Agricultura Familiar**

A relação jovem – agricultura familiar, inevitavelmente deve ser pensada associada ao mundo do trabalho, olhando para os processos de continuidade ou não da atividade agrícola relacionados à permanência dos jovens no campo. O severo êxodo juvenil nos leva a temer pelo destino de algumas regiões rurais. Para Abramovay (1998) o que caracteriza a agricultura familiar neste sentido é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital .

Quando pensamos a relação entre trabalho, patrimônio (como bem simbólico) e família dentro da agricultura, ampliamos o universo de diferenciação entre o jovem rural e o urbano e de afirmação dessa identidade juvenil, buscando elementos da vida cotidiana no *locus* rural, na relação de proximidade rural e urbano.

Ao entendermos a juventude como aprendiz no interior da agricultura familiar e considerarmos sua “rápida” entrada na vida adulta, poderemos concluir que nunca houve uma juventude rural, ou seja, enquanto categoria analítica, ela nunca existiu. Portanto, é fundamental para se pensar a reprodução da agricultura familiar, que se compreenda a formação desse ator social (BASILIO, 2006).

A maioria das pesquisas sobre organização social no campo refere-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família com seus salários e engrossando, assim, as estatísticas sobre a população economicamente ativa (PEA) no meio rural (CARNEIRO, 2005).

A ambigüidade em querer continuar por opção e não por “destino”, ao mesmo tempo em que se tem a certeza das dificuldades a serem enfrentadas para dar continuidade ao trabalho da agricultura familiar, não é privilégio apenas dos mais jovens. Os pais também vivem esse dilema quando pensam nas crises vividas na produção agrícola, ou mesmo nos seus próprios sonhos de que os filhos tenham uma vida diferente da que eles tiveram. Mesmo entre os que se consideram bem sucedidos na atividade agrícola, são poucos os que desejam que os filhos dêem continuidade à lavoura familiar, pesando nessa avaliação o pessimismo quanto ao futuro das condições de produção do pequeno produtor rural (CARNEIRO, 2005).

A autonomia dessa geração em relação a outras também é um fator que permite aos jovens questionarem o seu papel dentro da unidade produtiva, ou seja, a migração não é apenas para escapar de uma grande crise, mas pode ser entendida também como uma característica da juventude atual. Devemos ressaltar ainda, que a possibilidade de ruptura com a agricultura familiar por parte das mulheres jovens, se torna, em alguma medida, mais flexível já que em geral não compete a estas a continuidade da unidade familiar produtiva.

As famílias assentadas também se preocupam com o futuro dos jovens ao se casarem, pois não existem políticas claras que lhes garantam um lugar para viver, sem que tenham que passar por toda a luta pela qual os pais já passaram anteriormente pela conquista da terra.

A construção desses sujeitos sociais, embora obedeça a percursos específicos, conta pontos em comum como a visibilidade dessa identidade construída não apenas no campo da investigação científica, mas sobretudo na mudança de relação e de posturas dos sujeitos e na construção de direitos sociais.

No que confere a juventude especificamente, traduzir o debate em torno da conceituação através de diversas óticas, contribui para percebermos o quanto é complexo falar desta categoria. Essa discussão nos permite ainda reconhecer traços comuns e desejos compartilhados entre jovens rurais e urbanos, mas sem perder de vista as especificidades, as apropriações culturais dadas as diferentes formas de acesso a estas e à educação.

Podemos afirmar que a juventude rural não pode ser vista apenas através de uma definição demográfica, mas para além dos limites territoriais existe a formação de um novo sujeito social, que sai da invisibilidade e ocupa seu lugar de forma bastante diversificada, assim como é o espaço em que vive.

A elaboração de políticas públicas para a juventude, principalmente em âmbito nacional, é ainda uma experiência recente, e em processo de construção. Neste sentido, é fundamental compreender os modos como os jovens examinam a sua realidade, as identificações predominantes pelas quais percebem o seu mundo, e como significam a si mesmos, aos outros e às suas ações (ANDRADE, 1998). Mesmo aqueles que expressam o desejo de tornarem-se agricultores como seus pais, encontram dificuldades inerentes às aspirações profissionais no campo, que limitam suas escolhas, impondo a busca de alternativas fora da agricultura.

Vale a pena ressaltar que a relevância deste tema, reside no subsídio à implementação de políticas públicas, na medida em que pode apontar estratégias e/ou alternativas de inserção do jovem enquanto agricultor, com melhor qualificação e melhores condições para o desenvolvimento de uma agricultura baseada num modelo sustentável. Estudar as juventudes rurais, contribui para a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem o direito de todos à educação, ao trabalho e à qualidade de vida em geral, atendendo às especificidades sócio-culturais do campo e às necessidades singulares da população jovem local.

### **3.3. Educação no e para o espaço rural**

Dados do documento “Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo”, elaborado pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, constituído junto ao MEC, apresentam a situação a que se encontram expostas as comunidades rurais, principalmente sua infância e juventude, quanto à sua formação escolar, no ano de 2003, sendo que muito provavelmente tais índices sofreram pouca alteração para os atuais.

#### **Anos de escolaridade, evasão e proficiência**

No Brasil, a escolaridade média no campo era de 3,4 anos contra 7 anos na cidade. 34% dos adolescentes estava fora da escola no meio rural, ou seja 753.065 jovens de 15 a 17 anos estavam sem estudar. 72% dos alunos matriculados na área rural sofreram algum atraso escolar contra 50% das crianças das escolas urbanas. A proficiência média dos alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental nas disciplinas de língua portuguesa e matemática era inferior à da área urbana, que girava em torno de 20%. E, 60% dos alunos matriculados em escolas da área rural estavam cursando o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries.

A rede de ensino da educação básica da área rural representava 50% das escolas do País. Eram 107.432 estabelecimentos. A rede do campo atendia a 8.267.571 alunos, cobrindo 15% da matrícula nacional.

### **Logística e Infra-estrutura**

Para as classes de 1ª a 4ª séries: mais de 50 mil escolas dispunham de apenas uma sala de aula; 94% das escolas tinham menos que cinco salas de aula; 21% não possuem energia elétrica; 5,2% dispõem de biblioteca; menos de 1% tem lab. de ciências, informática e acesso à Internet; cerca de 67% têm menos de 51 alunos.

Para as classes de 5ª a 8ª séries: 89,6% possuíam energia elétrica, 30% dispunham de TV/vídeo/parabólica; apenas 26,4% ofereciam biblioteca aos alunos e professores, 3,5% dispunham de laboratório de ciências; 3,1% laboratório de informática.

Para o Ensino Médio: a energia elétrica supria 99,4% dos estabelecimentos; bibliotecas só existiam em 55,5% das escolas rurais; o kit TV/vídeo/parabólica só havia em 28,2%; tinha laboratório de ciências em 20,3% e laboratório de informática, em 19,8%.

Quanto aos discentes do ensino médio das escolas rurais: 35,4% não dispunham de biblioteca; 75,3% desenvolviam o curso sem acesso a um laboratório de ciências.

### **O Corpo Docente**

Nas escolas rurais, os salários tendiam a ser menores determinando a intensa rotatividade dos professores. Quanto ao nível de escolaridade dos professores no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries: 9% apresentavam formação superior, contra 38% na zona urbana. Eram 18.035 professores sem habilitação mínima para o desempenho de suas atividades; 8,3% dos docentes na zona rural tinham formação inferior ao ensino médio, contra 0,8% na zona urbana. No Ensino Médio: dos 9.712 docentes que atuavam em 948 estabelecimentos, 22% dos professores (2116) tinham escolaridade de nível médio.

Estudos do MEC mostram as dificuldades enfrentadas pelas escolas multisseriadas. De um lado está a precariedade da estrutura física. De outro, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores. Estes fatores adversos geram alta rotatividade desses profissionais, o que possivelmente interfere no processo de ensino/aprendizagem. Geralmente, os professores com uma formação inadequada permanecem em escolas isoladas e unidocentes até o momento em que adquirem maior escolaridade, quando pedem transferência para a cidade.

Outros dados: na faixa de 10 a 14 anos, 95% das crianças da área rural e 97% da área urbana encontravam-se matriculadas na escola. Para os jovens de 15 a 17 anos, 66% dos

2.215.519 residentes em zonas rurais freqüentavam a escola. Isto corresponde a 1.462.454 jovens estudantes (IBGE, 2000); destes, 17,3% matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental, em comparação com 5,5% da zona urbana. Apenas 12,9% desses jovens estavam no ensino médio, nível adequado à faixa etária de 15 a 17 anos. Pelo menos 34% dos adolescentes eram “excluídos escolares” no campo.

### **Propostas Pedagógicas**

Em geral, os currículos das escolas rurais são os mesmos que os das escolas urbanas, tanto em termos de conteúdos programáticos como de estratégias de ensino. Desta maneira, a significância do aprendizado para crianças e jovens da zona rural não acontece devido à falta de referências à sua história, seu meio e os valores de sua família e grupo comunitário. Segundo Kolb (1984) citado por Cameron (1998), as idéias de pensadores influentes nos campos da educação e da psicologia – Dewey, Lewin, Piaget – convergem para conclusões semelhantes: o aprendizado real, um processo interativo, ocorre quando o aprendiz reflete sobre sua experiência /realidade e incorpora intelectualmente as percepções ganhas .

Diante de tal panorama e de perspectivas tão alarmantes, o MEC, em 2003, promoveu um seminário nacional para discutir e subsidiar a elaboração de uma política de educação. O resultado foi o documento “Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo”. Diferentes instituições (MST, Contag, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Escolas Familiares por Formação em Alternância, etc) contribuíram para a construção deste documento e de linhas de ações para a implementação da resolução do Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Estas Linhas de Ações estão detalhadas na Tabela 2.

TABELA 2 – Linhas de Ação - Grupo Permanente de Trabalho para a Educação do Campo.

Garantir a universalização da educação básica	Promover a formação e fomentar remuneração e incentivos diferenciados às educadoras e educadores do campo	Garantir a qualidade
<p>- Exigir o cumprimento do art. 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no que se refere ao dever que tem o poder público de proporcionar educação infantil e ensino fundamental nas comunidades rurais.</p> <p>- Assegurar a oferta das séries finais do ensino fundamental bem como do ensino médio em escolas do campo a todos os alunos que as demandarem nos locais próximos às suas residências.</p> <p>- Oferecer transporte escolar para alunos do campo para escolas situadas apenas neste mesmo meio, admitindo-se o transporte para escolas urbanas apenas em situações excepcionais.</p> <p>- Oferecer transporte escolar em qualidade adequada e organizado de tal forma que nenhuma criança ou jovem despenda mais do que uma hora no trajeto residência-escola e vice-versa.</p> <p>- Apoiar, estimular e incentivar as escolas agrotécnicas a cumprirem o estabelecido no item 12, tópico de Objetivos e Metas da Educação Tecnológica e Profissional do Plano Nacional de Educação, no que se refere à reorganização da rede de escolas agrotécnicas para garantir educação profissional específica e permanente para a população do campo, considerando as peculiaridades e potencialidades da atividade agrícola da região.</p>	<p>- Implementar programas de formação para todas as educadoras e educadores do campo, de nível médio e superior, através de convênios e parcerias entre secretarias, universidades, movimentos sociais e organizações do campo.</p> <p>- Promover cursos de formação em serviço para educadoras e educadores não habilitados (1a a 4a séries) e licenciaturas (5a a 8a e ensino médio).</p> <p>- Considerar os interesses e necessidades do campo, podendo utilizar a pedagogia da alternância como metodologia para o desenvolvimento das práticas e da pesquisa em educação do campo.</p> <p>- Promover cursos de formação continuada para educadoras e educadores do nível fundamental, médio e superior.</p> <p>- Estimular a criação de cursos de pós-graduação de educação do campo.</p> <p>- Adicional salarial para os professores que atuem em escolas do campo.</p> <p>- Fomentar política de oferta de moradia para os professores que desejarem residir no campo.</p> <p>- Realizar concursos públicos específicos destinados à seleção de educadoras e educadores para a educação do campo.</p> <p>- Incluir no orçamento recursos suficientes para as secretarias de Educação dos estados, prefeituras, universidade que estão com ações concretas em educação do campo.</p> <p>- Incluir nos currículos e programação dos cursos de formação dos profissionais da educação, temas como pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais, de acordo com o item 21 do tópico “Objetivos e Metas da Educação Superior”, do Plano Nacional de Educação.</p>	<p>- Imediata implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.</p> <p>- Definir políticas específicas para as escolas multisseriadas com material didático, formação das educadoras e educadores e equipamentos adequados ao perfil destas escolas.</p> <p>- Garantir, pelo menos, um auxiliar de classe por turma nas escolas multisseriadas, bem como uma relação alunos/turma diferenciada para que não haja comprometimento da aprendizagem dos alunos.</p> <p>- Promover estudos e pesquisas sobre as diversas iniciativas de educação do campo, com especial foco na avaliação das suas diferentes formas de organização, funcionamento, processos de implementação e resultados.</p> <p>- Apoiar, desenvolver e disseminar iniciativas de educação do campo com propostas pedagógico-organizacionais adequadas às necessidades e interesses do campo.</p> <p>- Desenvolver e disseminar estratégias educativas para o campo.</p> <p>- Melhorar as condições infra-estruturais das escolas, definindo e promovendo o alcance de padrões mínimos de funcionamento, incluindo: estrutura física adequada, biblioteca e recursos pedagógicos.</p> <p>- Desenvolver uma política integrada com os ministérios e secretarias de Estado da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Educação, da Cultura, do Meio ambiente, dentre outros, para viabilizar a resolução dos problemas da educação e da sustentabilidade dos povos do campo.</p> <p>- Desenvolver pesquisa integrada envolvendo universidades, fundações, movimentos sociais, governo e ONG's, para acompanhar, avaliar e divulgar os trabalhos em desenvolvimento.</p> <p>- Estimular a socialização das pesquisas realizadas pela Embrapa, Ibama, Emater, universidades e por outras instituições que possam subsidiar o estudo da educação tomando por base o desenvolvimento sustentável dos grupos.</p>

Fonte: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC – <http://www.mec.gov.br>, 2003.

O MDA, também tem entre suas diretrizes a Educação que se define através do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, tendo como objetivo geral: Fortalecer a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Os objetivos específicos ficaram assim definidos: a) Oferecer aos assentados alfabetização, educação fundamental e formação técnico-profissional com ênfase em áreas do conhecimento que contribuam para o Desenvolvimento Rural Sustentável; b) Desenvolver a escolarização e formação de monitores e educadores e c) Produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários.

Embora importantes e fundamentais as orientações governamentais aqui apresentadas, elas não dispensam outras propostas, muito pelo contrário, parecem clamar por parcerias e intervenções de outros órgãos públicos, instituições privadas e organizações não governamentais, considerando tanto a importância do tema e a urgente reversão do quadro atual, sob pena de ampliação do caos social que se instala a partir desta discrepância entre campo e cidade, como também sua pouca mobilidade na efetivação de políticas sociais de amplo espectro.

## **4. MATERIAL E MÉTODOS**

Conforme apontado anteriormente, o objeto de estudo desta pesquisa foi o PROJOVEM - Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais, que funcionou junto ao Centro Paula Souza no período entre 1997 e 2007. Tendo em vista os objetivos de pesquisa propostos, foram considerados para análise os dados referentes ao período compreendido entre 1998 e 2004. Neste período, estavam em funcionamento sete Núcleos do Programa: Bananal, Maracaí, Peruíbe, Promissão, Presidente Venceslau, Rancharia e Mirante do Paranapanema (que havia iniciado uma turma em 2004), atendendo cerca de duzentos e oitenta (280) jovens e respectivas famílias. Acontecia também neste período a mobilização para a implantação do Núcleo de Presidente Epitácio.

Os jovens participantes do programa e que, por conseguinte foram estudados aqui, eram filhos de agricultores familiares, com idade entre 14 e 21 anos, com, pelo menos, o domínio de leitura e escrita e das quatro operações matemáticas.

Considerando a disposição geográfica do programa e as hipóteses colocadas para investigação, estruturou-se a metodologia da pesquisa em três etapas:

- Avaliação do Programa a partir de indicadores de desempenho dos Núcleos;
- Avaliação do Programa por seus protagonistas (Grupo Focal) – jovens e pais; e
- Análise comparativa de melhoria nas propriedades agrícolas familiares após a participação do jovem no PROJOVEM.

### **4.1. Avaliação do programa a partir de indicadores de desempenho**

Esta primeira etapa referiu-se à Análise de Desempenho dos Núcleos do PROJOVEM, estruturado a partir do levantamento de registros e informações de cada um dos Núcleos instalados, relatórios e documentos do Centro Paula Souza.

Os dados, quantitativos e qualitativos selecionados foram tabulados e analisados de forma a identificar as melhores condições de desenvolvimento do Programa e seus pontos críticos. Os resultados dessa análise, apresentados também em Delfini e Oliveira (2005), estabeleceram os critérios para a definição da amostra para realização da pesquisa empírica

qualitativa – etapa 2. Considerando o número de jovens, a regularidade na formação de turmas e o número de projetos implantados no período de 2000 a 2004, o Núcleo de Presidente Venceslau se configurou como o mais indicado para o desenvolvimento das demais etapas da pesquisa.

A avaliação de desempenho dos Núcleos teve como pressupostos os resultados de desempenho caracterizados por um conjunto de indicadores destinados a determinar a eficiência e a eficácia do Programa, organizados na forma de indicadores de processo (eficiência) e indicadores de produto (eficácia).

*“Processo é um conjunto de causas que produzem um efeito; é um conjunto de ações sistematizadas dirigidas para o atingimento de um resultado. Um processo compõe-se de tarefas interligadas, visando um resultado específico. Cada processo gera um ou mais produtos, que são efeito das suas causas. Em termos gerais denomina-se produto o resultado de um processo. Um produto pode ser material ou não, dependendo da natureza do processo”.*  
(FUNDAÇÃO CHRISTIANO OTTONI, 1995).

Os indicadores são referências que respondem a perguntas avaliativas sobre o programa, quanto às ações desenvolvidas (processo) e aos seus resultados alcançados (produto).

Para o presente estudo os indicadores foram organizados a partir das seguintes informações:

**Indicadores de Processo:**

- Grau de formalização da Associação de Pais
- Infra-estrutura.

**Indicadores de Produto:**

- Taxa de formação de turmas e regularidade
- Taxa de evasão
- Taxa de implantação de projetos
- Relação programa-comunidade

Foram estudados seis (6) núcleos, ficando fora desta análise o Núcleo de Mirante do Paranapanema por ser muito recente (suas atividades iniciaram em 2004). Dessa forma, foram

definidos dois grupos para comparação, Núcleos da Reforma Agrária e Núcleos de Agricultores Familiares não assentados, tentando verificar se as condições da ocupação territorial teriam interferência no desempenho dos Núcleos.

GRUPO I	{	Presidente Venceslau
Núcleos da Reforma Agrária		Promissão
		Rancharia
GRUPO II	{	Bananal
Núcleos de Agricultores Familiares não Assentados		Maracaí
		Peruíbe

Para a análise dos indicadores quantitativos trabalhou-se com os conceitos *aceitável* e *insuficiente*, em relação à taxa geral do Programa. Para os indicadores qualitativos foi acrescentado o conceito de *grau de comprometimento do indicador*, representado pela relação entre o número de incidências negativas e o número total proposto, onde os valores acima de 0,5 foram considerados *insuficientes* e abaixo de 0,5, *aceitáveis*.

#### **4.2. Avaliação do programa por seus protagonistas - Grupo Focal**

O grupo focal é um método de pesquisa qualitativa que vem sendo aplicado nas ciências sociais e na área da saúde há mais de duas décadas (MORGAN, 1988; WESTPHAL et al 1996; MINAYO, 1996, entre outros). O método envolve entrevistas coletivas com grupos de aproximadamente seis a doze pessoas, que tenham em comum características importantes ao tema da pesquisa. Presta-se a captar opiniões, sentimentos, percepções, atitudes e experiências relacionadas a temas de interesse para os pesquisadores (SAMPAIO et al, 2005).

Em comparação às entrevistas individuais, o grupo focal apresenta a vantagem de alcançar um número maior de pessoas além de promover a interação espontânea entre os participantes, fato que provoca, muitas vezes, respostas emocionais e que, também, incentiva as conversas sobre experiências e atitudes comuns (MORGAN, 1997). O grupo focal é particularmente útil quando existem diferenças de poder entre participantes e profissionais ou gestores, quando a linguagem cotidiana e a cultura de um grupo específico são de interesse

para a pesquisa e ou ainda, quando interessa investigar o nível de consenso sobre um dado tópico (GIBBS, 1997).

Se este método for conduzido de forma que os participantes sintam suas opiniões consideradas e valorizadas, o grupo focal pode trazer benefícios para os mesmos. Os participantes estão inseridos em um contexto sócio-histórico comum e de alguma medida, sem excluir os conflitos, partilham de valores, linguagem e práticas sociais. Em linhas gerais, o participante do grupo é concebido desde o início como um sujeito social, cujas formas de compreender o mundo e de se compreender no mundo são construídas em interação e comunicação social (AFONSO, 1997).

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa, não-diretiva, cujo resultado visa o controle da discussão de um grupo de pessoas. Foi inspirada em técnicas de entrevista não-direcionada e técnicas grupais usadas na psiquiatria. Os participantes possuem características comuns. Nesta técnica o mais importante é a interação que se estabelece entre os participantes. O facilitador da discussão deve estabelecer e facilitar a discussão e não realizar uma entrevista em grupo (TANAKA e MELO, 2001).

A metodologia do grupo focal apresenta-se como uma ferramenta extremamente útil e viável, pois considera o objeto de análise como um todo, atendendo ao princípio da globalidade e integração de forma associada, permitindo uma visão geral e abrangente. Sendo uma técnica participativa, dinâmica, ativa, de adesão voluntária e não punitiva, ela se torna atraente, convidativa, motivando os atores sociais a estarem participando. É fundamental que seja feito um processo de sensibilização da comunidade para o processo avaliativo e com este a oportunidade de desenvolvimento pessoal e institucional.

O grupo focal por ser uma técnica sócio-qualitativa, coletiva, dinâmica e que promove a sinergia entre os componentes do grupo investigado, valoriza a palavra dos atores sociais reconhecendo-os como “especialistas” de sua própria realidade o que propicia o auto-desenvolvimento. O próprio ato de avaliar é um momento intencionalmente pedagógico e de potencialização dos recursos humanos, tomando-se como auto-referência, e alcançando a auto-análise para assim se desenvolver e buscar a excelência. O auto-desenvolvimento traz as diretrizes para mudanças que contribuem para o aperfeiçoamento, desenhando políticas, planejamentos, redimensionando recursos, acordos e outras ações que incrementam a qualidade dos processos estudados.

A avaliação a partir das contribuições da metodologia do grupo focal tem caráter pedagógico e formativo, pois é uma experiência social significativa que forma valores e promove mudança da cultura avaliativa, potencializando o desenvolvimento humano e coletivo. A ênfase do processo avaliativo é qualitativa, pois o grupo focal tem por propósito entender processos de construção da realidade de um grupo social mediante coleta e interpretação em profundidade e detalhada a fim de detectar comportamentos sociais e práticas cotidianas. A técnica qualitativa é combinada à quantitativa através da utilização de dados secundários sobre o objeto de estudo (SUANNO, 2002).

### **Procedimentos na realização dos grupos focais**

**a) Convite:** o convite aos participantes foi feito através dos monitores do Núcleo PROJOVEM de Presidente Venceslau, que foram orientados quanto às categorias e condições. Como as condições atendem às famílias e não somente a uma das categorias definidas, poderiam ser convidadas diretamente as famílias com a colocação de que o trabalho seria realizado em grupos específicos de pais e jovens.

**b) Local e época:** Foram usadas as instalações urbanas da ETE de Presidente Venceslau, que possuía instalações e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento da atividade. Esta escola é parceira do programa, que utiliza suas instalações rurais para a realização das sessões de Núcleo. As atividades para realização dos grupos focais foram desenvolvidas no período de junho e julho de 2007.

**c) Colaboradores:** além dos monitores do PROJOVEM, que agilizaram os convites às famílias, as prefeituras de Piquerobi e Caiuá colaboraram com a disponibilização de transporte até o local da atividade e a ETE cedeu, além das instalações e equipamentos, seu corpo de funcionários. No apoio, durante a realização dos grupos, ficou uma psicóloga, que faz parte da coordenação do PROJOVEM, realizando os registros de falas e monitorando os equipamentos de filmagem e gravação.

**d) Tematização da atividade:** considerando a metodologia do PROJOVEM e as possibilidades de implementação do PIC – Projetos de Investimento de Capital (que é o eixo

de formação pedagógica do programa), foram definidas como questões orientadoras das discussões em grupo:

- Qual o sentimento com relação ao PROJÓVEM?
- Que mudanças aconteceram com a implantação do PROJÓVEM:
  - Com o jovem?
  - Na família?
  - Na propriedade?
  - Na qualidade de vida?
  - Na visão da comunidade em relação ao jovem?
  - Na visão das autoridades em relação ao programa?
- Se vocês não tivessem participado do programa, o que estariam fazendo?
- O que acham que deve ser avaliado no programa?

#### **Atividades Introdutórias:**

**a) Recepção:** os participantes dos dois grupos foram recebidos às 8h30, com um café descontraído, receberam crachás com os nomes e foram conduzidos até a quadra de esportes.

**b) Abertura:** na abertura dos trabalhos, formou-se uma roda com todos os participantes e foram realizadas duas dinâmicas visando promover a integração e a descontração do grupo.

- **Dinâmica 1 – “Fazendo o percurso do grupo”:** a focalizadora da dinâmica lembrou que cada um havia vindo de um local, próximo ou distante e dessa forma, o percurso que o grupo fez para estar ali não foi muito simples. Para perceber isto, foi solicitado que cada um falasse o seu nome e o lugar de onde havia saído. Entretanto, o companheiro seguinte, deveria falar o nome e os locais de partida de todos que o antecederam, acrescentando o seu. Dessa forma o último da roda falaria o seu nome e todos os locais citados na roda.



FIGURA 7 - Dinâmica 1 “fazendo o percurso do grupo”. Presidente Venceslau, 2006.

- **Dinâmica 2 – “Jogo das mãos”<sup>7</sup>**: a focalizadora orientou que todos dessem as mãos como em uma brincadeira de roda. Depois, todos deveriam se virar e ficar de mãos dadas novamente, mas em posição olhando para fora da roda, ou seja, de costas para o centro imaginário. Foram orientados para que ao sinal da focalizadora, todos, sem soltar as mãos, se movimentassem até que o grupo ficasse todo olhando para o centro imaginário do círculo, e nesta posição não poderiam estar com os braços cruzados sobre o peito, mas sim, como inicialmente, para uma brincadeira de roda. Após algumas tentativas, o grupo cumpriu a tarefa e com todos olhando para o centro da roda e se enxergando. A focalizadora ressaltou que: *- cada um está vindo de um canto, do seu lugar, do seu espaço, olhando para as suas coisas. Agora, estamos todos aqui, reunidos, trazendo*

---

<sup>7</sup> Dinâmica adaptada do Joga das Mãos, do livro Manual de Técnicas de Dinâmica de Grupo, de Sensibilização, de Ludopedagogia, de Celso Antunes.

*nossas histórias e experiências, mas olhando para o mesmo lugar, tendo o mesmo foco, que é o centro da roda. E nesse dia, o PROJovem é que vai estar no centro da roda, ocupando a atenção de todos.*



FIGURA 8 - Dinâmica 2 “Jogo das Mãos”. Presidente Venceslau, 2006.

A partir deste momento, foram formados os dois grupos (pais e jovens) e os pais foram para o grupo focal (GF), enquanto os jovens desenvolveram atividade com os monitores. Encerrando-se o G.F. dos pais, as posições foram invertidas, com os jovens indo para o G.F.

### **c) Provação/Sensibilização para o tema:**

Foi usado como recurso de sensibilização ou “provação” para a discussão, a exibição em vídeo, de uma reportagem sobre o PROJovem, realizada no Núcleo de Promissão, pelo canal de televisão Futura<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Programa Estação Rural – PGM: 221. Tema: Crédito Rotativo – Canal Futura de televisão

#### **d) Análise dos registros**

A análise dos registros obtidos nos grupos focais foi feita a partir da organização em dois grupos temáticos. O primeiro grupo, organizado a partir da ação dos pesquisadores, contendo as categorias educação, profissão/emprego, juventude, desenvolvimento rural. O segundo grupo foi organizado a partir das falas e ocorrências durante a realização dos grupos focais. Análise de conteúdo foi a técnica utilizada no manuseio dos registros de pesquisa, conforme proposto por Bardin (1988). Buscou-se coerência com a linha conceitual do objeto de estudo, utilizando uma abordagem construtivista para analisar as contribuições dos participantes dos Grupos Focais. Desta forma, apoiou-se a presente análise na Sociologia do Conhecimento, que valoriza o conhecimento que as pessoas têm da realidade, onde o ser humano é visto como um produto social e na Psicologia Social que contribui com o conceito de investigação construcionista, que tem como preocupação explicar os processos através dos quais as pessoas explicam o mundo em que vivem (Gergen, 1985 citado por SPINK, 1995).



FIGURA 9 - Grupo Focal de Pais do PROJOVEM de Presidente Venceslau, 2006.



FIGURA 10 - Grupo Focal de Jovens do PROJOVEM de Presidente Venceslau, 2006.

#### **4.3. Análise comparativa das propriedades familiares após a participação do jovem no PROJOVEM**

Esta etapa foi desenvolvida a partir da conjugação de dados levantados através de entrevistas não estruturadas com pais, jovens e monitores; da análise dos PIC's e dos levantamentos apresentados nos relatórios de visitas das semanas de alternância. Tendo como referência o modelo de avaliação de impacto *não experimental*, do tipo “antes-depois”, que mede a diferença produzida naquelas variáveis que o projeto pretende modificar no grupo beneficiário,  $D1 = (|x' - x|)$ , foi elaborado um quadro comparativo entre a situação da propriedade antes da participação do jovem no Programa e condição atual, (COHEN & FRANCO, 1993).

As melhorias na propriedade foram classificadas em seis (6) categorias que compõem o cenário de uma propriedade familiar:

- infra-estrutura física de produção,
- infra-estrutura física de moradia,

- equipamentos,
- plantel,
- planejamento e
- diversificação de culturas.

As opções de respostas foram organizadas de forma a simplificar, principalmente para as famílias, a análise quanto às mudanças ocorridas.

O quadro, identificado a seguir como figura 11, foi apresentado às famílias para que indicassem o que aumentou ou se manteve e o que melhorou na sua propriedade rural após a participação no jovem no PROJOVEM. Depois de preenchido, o quadro foi apresentado aos monitores para que ponderassem quanto às mudanças observadas pelas famílias, tendo como referência os registros de visitas às propriedades e o acompanhamento das atividades dos jovens durante o Programa.

Para balizamento das respostas foi adotada a escala de porcentagem com relação à mudança quantitativa de cada categoria, conforme fica evidenciado no quadro, onde a opção *aumentou* se refere a um aumento de 20% ou mais na categoria em questão e a opção *manteve* se refere à condição de igualdade ou aumento de até 19% em relação à condição inicial da propriedade. A opção *melhorou*, relacionada às condições qualitativas de cada categoria pode ser apontada juntamente com qualquer uma das demais alternativas, indicando o avanço na qualidade da categoria (melhores condições de moradia; de ambiência produtiva; na capacidade dos equipamentos; genéticas e/ou de características zootécnicas do plantel). Na avaliação dos equipamentos trocou-se a expressão *melhorou* por *modernizou* por adequação semântica. Em relação à categoria Planejamento a análise contemplou três aspectos: tomada de decisão - se era feita por toda a família em conjunto ou somente pelo pai; registros de entradas e saídas – controle ou não dos fluxos de insumos, produtos e finanças da propriedade; e estudo de mercado – para produtos agropecuários.

MELHORIAS NA PROPRIEDADE FAMILIAR															
Infraestrutura-física Produção			Infraestrutura-física Moradia			Equipamentos			Plantel			Planejamento			
Aumentou	Melhorou	Manteve	Aumentou	Melhorou	Manteve	Ampliou	Moder-nizou	Manteve	Aumentou	Melhorou	Manteve	Toda Família	Somente o Pai	Registros de Entrada e Saída	Estudo de Mercado
(Ampliou mais de 20%)		(Igual ou até 19% a mais)	(Ampliou mais de 20%)		(Igual ou até 19% a mais)	(Ampliou mais de 20%)		(Igual ou até 19% a mais)	(Ampliou mais de 20%)		(Igual ou até 19% a mais)				
Novas Atividades Produtivas															

QUADRO 1 – Quadro de melhorias na propriedade familiar.



FIGURA 12 - Jovens (irmãos) do PROJOVEM que desenvolveram Projeto de Plasticultura. Promissão, 2002.



FIGURA 13 - Jovem do PROJOVEM que desenvolveu Projeto Bovinocultura.  
Presidente Venceslau, 2002.



FIGURA 14 - Jovens do PROJOVEM que desenvolveram coletivamente Projeto Apicultura.  
Presidente Venceslau, 2002.



FIGURA 15 – Jovem do PROJOVEM em projeto de ovinocultura.  
Presidente Venceslau, 2004.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise global do PROJOVEM desenvolveu-se através dos seguintes temas: “Avaliação do Desempenho dos Núcleos”, “Avaliação do Programa por seus Protagonistas” e “Análise dos Resultados dos PIC’s nas Propriedades Rurais”, aqui apresentados na forma de tópicos separados simplesmente como uma tentativa de tornar mais clara e objetiva a análise proposta, uma vez que se procurou, durante o desenrolar da pesquisa, seja na coleta, sistematização e interpretação dos dados e informações, não perder de vista a noção de conjunto e inter-relação entre os indicadores, imprescindível numa análise como a que foi feita.

### 5.1. Avaliação de Desempenho dos Núcleos

Conforme descrito no capítulo “Material e Métodos”, contou-se para a “Avaliação do Desempenho dos Núcleos” com dois grupos de indicadores.

Os indicadores de **processo**, relativos às ações desenvolvidas para implantação dos Núcleos, foram dois:

- a) Grau de Formalização da Associação de Pais
- b) Infra-estrutura dos Núcleos

Os indicadores de **produto**, designados para evidenciar os resultados educacionais, na família e na comunidade, foram quatro:

- a) Taxa de Formação de Turmas e Regularidade
- b) Taxa de Evasão
- c) Taxa de Implantação de Projetos
- d) Relação Programa-Comunidade

Para a análise dos indicadores quantitativos trabalhou-se com os conceitos *aceitável* e *insuficiente*, em relação à taxa geral do Programa. Para os indicadores qualitativos trabalhou-se com a idéia de *grau de comprometimento do indicador*, representado por uma razão matemática, na qual o indicador da fração representa o número de ocorrências insatisfatórias

para o critério em análise e o denominador o total de observações. onde os valores acima de 0,5 foram considerados *insuficientes* e abaixo de 0,5, *aceitáveis*.

### **5.1.1. Indicadores de processo**

#### **a) Grau de Formalização da Associação de Pais**

O grau de formalização da Associação de Pais permitiu indicar o nível de organização das famílias em torno do programa, visto que a concretização das ações de apoio e fortalecimento ao PROJOVEM depende muito dos aspectos formais da entidade, como obtenção do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), constituição legal da associação de pais, eleição da diretoria da associação, pagamento de impostos e informações obrigatórias à RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e, manter a contabilidade da organização em ordem segundo as determinações fiscais.

Observou-se em todos os Núcleos a preocupação e cumprimento dos requisitos legais para formalização das associações de pais (CNPJ, Constituição legal e eleição da diretoria).

A prestação das informações à RAIS só estava em dia nos núcleos de assentamentos (Presidente Venceslau, Promissão e Rancharia) e pendente em duas áreas de agricultores não assentados (Bananal e Peruíbe). Situação semelhante observou-se em relação à contabilidade que nos núcleos de agricultores não assentados era feita de maneira informal indicando o baixo nível de mobilização de recursos da associação. Assim, a existência de pendências em relação aos impostos e informalidade nos registros contábeis aponta para a desorganização e falta de planejamento das tarefas, visto não haver dependência de recurso financeiro para realização destas tarefas pois as Associações são isentas do imposto de renda.

Em síntese, o Grupo I apresentou grau de comprometimento de 1/15 e o grupo II de 5/15, ambos aceitáveis, mas com melhor desempenho do grupo I (Tabela 3).

Tabela 3 – Grau de Formalização das Associações de Pais no Âmbito do PROJOVEM.

Indicador	Núcleos de Reforma Agrária (GRUPO I)			Núcleos de Agricultores Não Assentados (GRUPO II)		
	P.Venceslau	Promissão	Rancharia	Bananal	Maracaí	Peruíbe
CNPJ	definitivo	definitivo	provisório	definitivo	definitivo	definitivo
Constituição legal	OK	OK	OK	OK	OK	OK
Eleição da diretoria	OK e registrada	OK e registrada	OK e registrada	OK e registrada	OK e registrada	OK e registrada
Impostos e Rais	Em ordem	Em ordem	Em ordem	Pendências	Em ordem	Pendências
Contabilidade	Escritório	Escritório	Escritório	Informal	Informal	Informal

Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.

#### b) Infra-estrutura

O indicador “infra-estrutura” referiu-se à existência de condições físicas e materiais para o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas durante as Sessões de Núcleo do Programa. Indicou também a capacidade de mobilização de recursos e de estabelecimento de parcerias da Associação de Pais. Dispor de uma sede parece ser fundamental neste sentido, pois muita energia humana e tempo eram despendidos na obtenção de valores para o aluguel, o que impedia um melhor investimento nos recursos didáticos e de apoio. Isso ficou visível ao se observar os dois núcleos do grupo II que tinham sedes alugadas - os demais recursos ficaram automaticamente comprometidos.

O grau de comprometimento em infra-estrutura registrado no grupo I foi bastante inferior ao do grupo II, respectivamente 2/12 e 10/12. Com efeito, nos Núcleos de reforma agrária (grupo I) os pontos considerados negativos foram o reduzido número de computadores em Promissão e a falta de acesso à Internet em Rancharia, enquanto que nos núcleos fora de assentamentos somente dois indicadores foram satisfatórios: sede em parceria com a Prefeitura do Núcleo de Peruíbe e telefone próprio em Bananal (Tabela 4).

Tabela 4 – Infra-estrutura dos Núcleos do PROJOVEM.

Indicador	Núcleos de Reforma Agrária (GRUPO I)			Núcleos de Agricultores Não Assentados (GRUPO II)		
	P. Venceslau	Promissão	Rancharia	Bananal	Maracaí	Peruíbe
Sede	Parceria ETE*	Própria	Parceria ETE*	Alugada	Alugada	Parceria Prefeitura
Telefone	ETE	Próprio	ETE*	Próprio	Não	Não
Computadores	8	4	10 (ETE*)	1	1	3
Internet	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não

(\*) ETE's são as Escolas Técnica Estadual ligada ao Centro Paula Souza. Atualmente 34 atuam na área agropecuária.

Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.

### 5.1.2. Indicadores de Produto

#### a) Taxa de formação de turmas e regularidade

A formação de turmas se dava a partir da mobilização da comunidade. A taxa de formação de turmas expressa pela relação número de turmas/número de anos e a regularidade desta formação, indicaram, além das habilidades de mobilização dos monitores e Associação de Pais, a demanda pelo Programa na região e seu potencial de continuidade e ampliação.

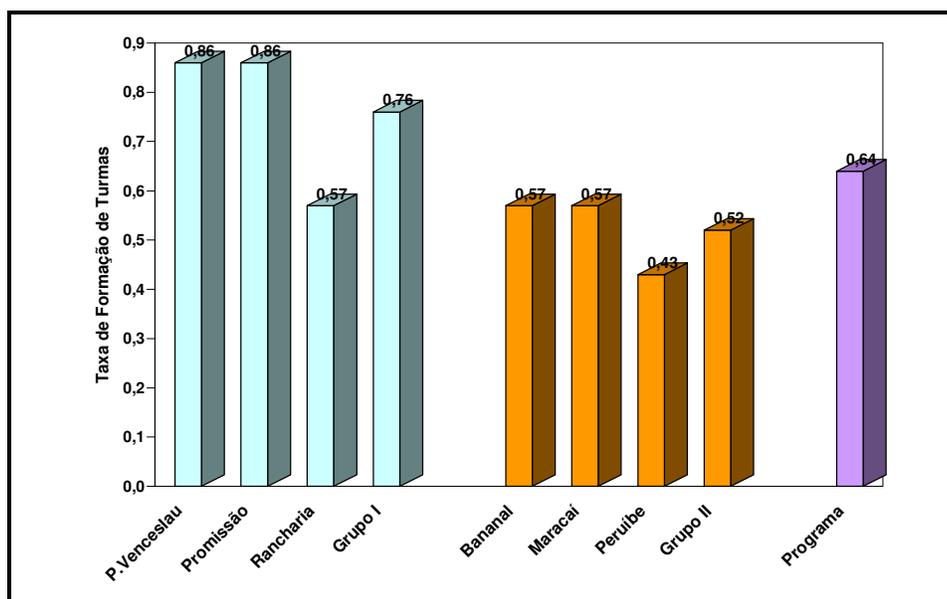
Na tabela e gráfico a seguir, pode-se verificar que o grupo I teve desempenho aceitável, pois manteve uma maior regularidade na formação de turmas, tendo ficado as taxas de todos os Núcleos desse grupo acima de 0,50, respectivamente 0,86 para Presidente Venceslau e Promissão e 0,57 para Rancharia. e a taxa conjunta em 0,76.

Já a análise do grupo II mostrou haver problemas, visto que a taxa conjunta dos núcleos do grupo II foi de 0,52, ou seja abaixo da taxa geral do programa (0,64) e um dos núcleos (Peruíbe) ficou em 0,43, indicando menos de uma turma formada a cada dois anos (Tabela 5 e Figura 16).

Tabela 5 - Número de turmas formadas por ano pelo PROJOVEM – 1998 a 2004.

Anos e Taxas	Núcleos de Reforma Agrária (GRUPO I)			Núcleos de Agricultores Não Assentados (GRUPO II)		
	P.Venceslau	Promissão	Rancharia	Bananal	Maracáí	Peruíbe
1998	1	1	1	1	1	1
1999	1	1	0	1	1	0
2000	0	1	1	0	0	0
2001	1	0	0	0	0	0
2002	1	1	0	0	0	1
2003	1	1	1	1	1	1
2004	1	1	1	1	1	0
Total	6	6	4	4	4	3
Taxa (nº de turmas/nº anos)	0,86	0,86	0,57	0,57	0,57	0,43
Taxa do grupo	0,76			0,52		
Taxa do Programa	0,64					

Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.



Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.

FIGURA 16 - Número de turmas formadas por ano pelo PROJOVEM – 1998 a 2004.

### **b) Taxa de evasão**

A taxa de evasão foi determinada pela porcentagem resultante da relação entre o número de jovens que desistiram do programa durante seu desenvolvimento e o número de jovens que iniciaram o programa. Este indicador deve ser verificado com bastante cautela devido às suas diferentes causas, que podem estar ligadas a problemas particulares das famílias ou a falhas no desenvolvimento do Programa. Em ambos os casos a manutenção de uma alta taxa de evasão indica a baixa capacidade do Programa se estabelecer na comunidade. É normal uma taxa de evasão elevada durante o período de implantação de programas, entretanto passada esta fase este índice deve cair e começar a se estabilizar.

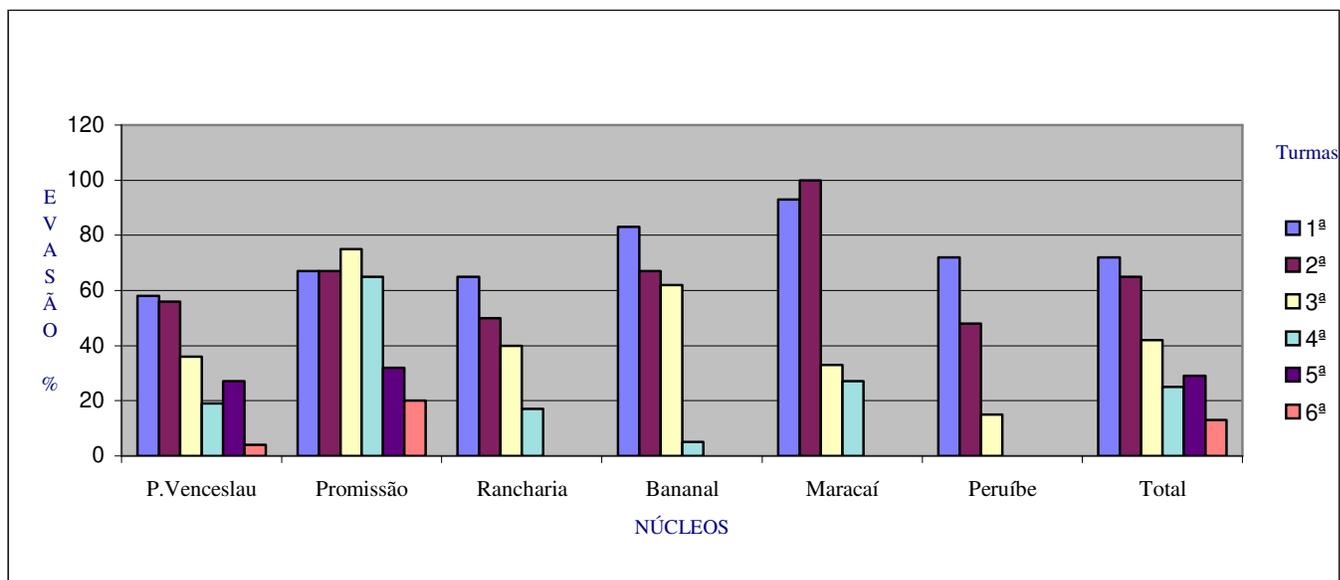
Todos os Núcleos apresentaram a tendência de diminuição da evasão, resguardado que os dados referentes às últimas turmas não são conclusivos, pois estas turmas ainda estão em funcionamento. Considerando que todos os Núcleos passaram pelo mesmo processo de implantação e desenvolvimento do PROJOVEM pode-se analisar a situação de perdas a partir da taxa total, ou seja a relação entre o número de jovens que deixou o Programa e o número de jovens que ingressou em todas as turmas. Neste caso, os dois melhores desempenhos foram registrados em núcleos do grupo I, que teve sua taxa coletiva menor que a taxa geral do Programa, que foi de 0,44 ou seja 44%, ficando dentro do conceito de aceitável. Todos os núcleos do grupo II tiveram taxas maiores que a taxa total de evasão, sendo considerado um indicador insatisfatório (Tabela 6 e Figura 17).

Tabela 6 - Taxa de evasão/por turma do PROJOVEM - 1998 a 2004 .

Turmas	Núcleos de Reforma Agrária (GRUPO I)			Núcleos de Agricultores Não Assentados (GRUPO II)		
	P.Venceslau	Promissão	Rancharia	Bananal	Maracaí	Peruíbe
1ª	0,58	0,67	0,65	0,83	0,93	0,72
2ª	0,56	0,67	0,50	0,67	1	0,48
3ª	0,36	0,75	0,40	0,62	0,33	0,15
4ª	0,19	0,65	0,17	0,05	0,27	TNF
5ª	0,27	0,32	TNF	TNF	TNF	TNF
6ª	0,04	0,20	TNF	TNF	TNF	TNF
Total	0,32	0,50	0,42	0,49	0,59	0,45
Total / grupo	0,40			0,51		
Total do Programa	0,44					

Obs. TNF = Turma não formada.

Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.



Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.

Figura 17 – Evolução da Taxa de Evasão do PROJOVEM - 1998 a 2004 (em %).

### c) Taxa de implantação de projetos

A taxa de implantação de projetos está ligada diretamente ao objetivo principal do PROJOVEM de desenvolvimento do empreendedorismo do jovem. A implantação do projeto significa a tomada de decisão do jovem com relação a seu próprio negócio. Este, pois, poderia ser definido como o principal indicador de resultado do PROJOVEM. Considerando que o Fundo Rotativo não teve condições de financiar todos os projetos concluídos, cabe esclarecer que os Núcleos tiveram oportunidades iguais para solicitá-lo, assim como para mobilizar outras fontes de financiamento junto às suas comunidades.

Os Núcleos do grupo I apresentaram taxa individual (Presidente Venceslau e Promissão 46,15% e Rancharia 75,00%) e de grupo (51,84%) maior que a taxa total do Programa que foi de 43,10%. Além do destaque para o Núcleo de Rancharia, ficando, o grupo como um todo com conceito aceitável para este indicador.

Já o grupo II teve a taxa coletiva (28,57%) e as individuais abaixo da taxa do Programa (43,10%), com dois Núcleos (Bananal 25,00% e Maracaí 9,09%) apresentando índices bastante comprometedores, apontando para a insuficiência do Grupo neste indicador (Tabela7).

Tabela 7 – Taxa de Implantação de Projetos no Âmbito do PROJOVEM.

Indicador	Núcleos de Reforma Agrária (GRUPO I)			Núcleos de Agricultores Não Assentados (GRUPO II)			Total
	P.Venceslau	Promissão	Rancharia	Bananal	Maracaí	Peruíbe	
Nº de projetos concluídos (a)	64	37	31	6	14	20	172
Nº de projeto em avaliação p/financiamento (b)	25	11	15	2	3	0	56
Nº de projetos implantados (c)	18	12	12	1	1	8	50
Taxa de implantação [c/ (a-b)] x 100	46,15%	46,15%	75,00%	25,00%	9,09%	40,00%	43,10%
Taxa Média de Implantação no Grupo	51,85%			28,57%			

Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.

#### **d) Relação programa-comunidade**

Enquanto programa que pretendia uma intervenção em termos de desenvolvimento local sustentável, as relações do PROJOVEM com a sociedade são indicadores, por um lado, de uma atuação efetiva na vida da comunidade e por outro lado do reconhecimento dos bons resultados do Programa pela comunidade.

Os dois grupos apresentaram bons indicadores de inserção nas suas comunidades com uma ampla rede de parceiros e o reconhecimento formal dos poderes municipais através dos Títulos de Utilidade Pública e da inserção no Orçamento Municipal.

O registro no Conselho da Criança e do Adolescente parece não ter despertado o interesse (ou não foi possível sua efetivação) do grupo I, que atentou mais para a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, situação inversa do grupo II.

O registro neste Conselho garante ao Núcleo participar de políticas de distribuição de fundos públicos e privados. Já a participação no Conselho de Desenvolvimento Rural caracteriza um posicionamento político de participação nas discussões sobre o meio rural onde o programa atua.

Para o grupo I, o grau de envolvimento com a comunidade foi de 9/27 e para o grupo II foi de 7/27, ficando os dois dentro do conceito de aceitável, com uma tendência de melhor desempenho para o grupo II (Tabela 8).

Tabela 8 – Relação Programa-Comunidade no Âmbito do PROJOVEM.

Indicador	Núcleos de Reforma Agrária (GRUPO I)			Núcleos de Agricultores Não Assentados (GRUPO II)		
	P.Venceslau	Promissão	Rancharia	Bananal	Maracáí	Peruíbe
Parceria – Prefeituras	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Parceria – CATI/ SEBRAE/SENAR – em cursos específicos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Parceria – Empresas/ Cooperativas/Comércio	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
Parceria – 3º setor	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Parceria com Escolas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Declaração de Utilidade Pública	Em processo	Em processo	Não	Sim	Sim	Em processo
Inclusão no Orçamento Municipal	Em processo	Em processo	Não	Em processo	Sim	Em processo

Fonte: Centro Paula Souza, dez/2004.

#### d) Desempenho Geral e Comparado

Por fim, a Tabela 9, a seguir, apresenta o resumo dos indicadores analisados, destacando-se que em cinco dos seis indicadores analisados (Grau de formalização da Associação de Pais; Infra-estrutura, Taxa de formação de turmas e regularidade, Taxa de evasão e Taxa programa-comunidade) o desempenho do grupo I – Núcleos de Assentamentos – foi melhor que do grupo II – Núcleos de Agricultores Familiares não Assentados.

Tabela 9 – Desempenho Geral dos Grupos de Núcleos do PROJOVEM, segundo os Indicadores Analisados.

Indicador	Desempenho	
	Núcleos de Reforma Agrária (GRUPO I)	Núcleos de Agricultores Não Assentados (GRUPO II)
Grau de formalização da Associação de Pais	1/15	5/15
Infra-estrutura	2/12	10/12
Taxa de formação de turmas e regularidade	Acima da média (0,12 pontos)	Abaixo da média (0,12 pontos)
Taxa de evasão	Abaixo da média (4 pontos)	Acima da média (7 pontos)
Taxa de implantação de projetos	Acima da Média (8,75 pontos)	Muito abaixo da Média (14,53)
Relação programa-comunidade	9/27	7/27

Legenda: □ aceitável; ■ insuficiente

Os resultados indicam uma resposta mais positiva ao programa pelos Núcleos que atendem jovens da Reforma Agrária. Isto pode ser explicado ao considerarmos o processo da luta pela terra, pelo qual a maioria das famílias deste grupo passou. O entendimento do contexto sócio-econômico e das necessidades dele advindas, torna o grupo mais propenso a ações associativas e mais atento a programas e intervenções governamentais, dos quais possam usufruir. Não podemos desconsiderar a disposição de permanecer na terra que justifica todas as dificuldades a que se submetem. A permanência dos filhos na propriedade é a garantia de se atingir um grau de qualidade de vida que não é possível em um limiar curto de tempo.

A análise global destes indicadores mostra que independente do conceito aceitável ou insuficiente, os núcleos apresentaram resposta favorável ao programa, em sua maioria, com tendência de melhoria no retorno a partir da conjugação dos fatores tempo, capacitação/formação de pais e monitores e mobilização das comunidades.

## 5.2. Avaliação do PROJOVEM pelos seus protagonistas

Participaram dos grupos focais catorze (14) jovens, seis (6) moças e oito (8) rapazes, e catorze (14) pais, sendo sete (7) mulheres e sete (7) homens. Conforme apontado no capítulo anterior, o convite aos participantes foi feito através dos monitores do Núcleo PROJOVEM de Presidente Venceslau e a atividade completa realizada nos espaços da ETE do mesmo município, durante os meses de junho e julho de 2007. Os relatos deste capítulo se referem mais especificamente aos trabalhos dos Grupos Focais.

A partir das 8h30 as atividades foram iniciadas pela identificação dos participantes, café e atividades introdutórias visando promover a integração e a descontração do grupo.

Antes do início efetivo de cada um dos Grupos Focais foram colocadas em discussão as formas de registros propostas pela pesquisadora/focalizadora, esclarecendo que nenhuma fala seria identificada e nenhuma imagem seria utilizada sem a autorização do interessado. Foi questionado também se os presentes não iriam se sentir intimidados ou incomodados com as filmagens. Foi consensual a utilização de todos os recursos para garantir a fidelidade dos registros, que resultaram em 4 horas e 23 minutos de filmagem, 4 horas e 55 minutos de gravação, 25 fotos digitais e 25 páginas impressas dos registros das falas em computador durante a realização dos grupos focais.

### 5.2.1. Análise dos depoimentos

*“... que tudo não está perdido. O PROJOVEM é uma maneira de incentivar as pessoas a ficar no sítio. Até quem não participa do PROJOVEM mesmo, vai querer saber melhor, vai procurar talvez entrar no Núcleo pra ver se tem possibilidade, tem alguma chance pra poder ficar no sítio, pra fazer alguma coisa. Por que muita gente vai pra cidade trabalhar... trabalha, trabalha e volta pra traz quando acaba o dinheiro que ganhou. Volta prá casa do pai. Aí fica um tempão nas costas do pai até que ele fala: - Não vai casar não?! (risos)” (Jovem-SAS, 2007).*

A frase acima, foi a primeira manifestação após a pergunta da facilitadora : *“O que é que a gente sente quando assiste uma reportagem falando de uma coisa da qual a gente faz*

*parte? Como é que vocês se sentiram?”.... feita imediatamente após a apresentação do vídeo mostrando o PROJOVEM em outro Núcleo, que não o dos participantes do GF.*

Começa-se esta reflexão com este depoimento devido à riqueza de seu conteúdo. Esperança, apego às origens, consciência da própria realidade, responsabilidade... Como “medir” estes indicadores? Como avaliar estes “saberes”? O grau de complexidade e de responsabilidade que uma análise da construção discursiva coloca ao avaliador é grande, principalmente quando a proposta de análise passa pela superação das fronteiras da análise quantitativa e se propõe a explorar o real significado de uma atividade educacional enquanto proposta de desenvolvimento sustentável.

Buscou-se coerência com a linha conceitual do objeto de estudo, utilizando uma abordagem construtivista para analisar as contribuições dos participantes dos Grupos Focais. Desta forma, apoiou-se a presente análise na Sociologia do Conhecimento, que valoriza o conhecimento que as pessoas têm da realidade, onde o ser humano é visto como um produto social e na Psicologia Social que contribui com o conceito de investigação construcionista, que tem como preocupação explicar os processos através dos quais as pessoas explicam o mundo em que vivem (Gergen, 1985 citado por Spink, 1995).

Assim, com a base nesta linha conceitual e no aporte da análise de conteúdo selecionou-se as categorias educação, profissão/emprego, juventude, desenvolvimento rural sustentável, e preocupações e críticas ao PROJOVEM pela importância que assumiram na análise dos registros dos grupos focais com os jovens e pais.

- **Educação**

Na categoria educação destacou-se as falas com enfoque na escolarização, conhecimento adquirido e/ou aplicado, continuidade de estudos, oportunidade de aprendizagem

A importância da escolarização ficou evidenciada em diferentes falas, tanto de jovens como de pais, que também entendiam o Programa não como uma substituição à escola formal mas como um estímulo. Este é um aspecto interessante nas manifestações, pois uma das críticas comuns aos programas de qualificação profissional é justamente que eles podem se tornar um desestímulo para os estudos formais.

A Mãe-MAR ressaltou o papel dos monitores para a permanência e o sucesso dos jovens na escola formal.

*“Os monitores exigem que nossos filhos se apliquem na escola também e cobram o comportamento na outra escola. Isso ajuda para que eles aprendam lá também e se formem. Eles não deixam ninguém largar os estudos e ensinam o bom comportamento. Prô colégio agrícola ninguém dava valor, o projovem a sociedade valoriza por que sabem que dão educação. Todos os professores aconselham a não tirar o filho do projovem.” (Mãe-MAR, 2007).*

O Jovem-RFA identificou os jovens do programa como diferenciados na disposição para o estudo.

*“No meu ponto de vista, o jovem que faz o PROJOVEM, a cabeça dele é outra. Eles procuram estudar mais, alguns até vão pra faculdade (cita um colega) outros vão fazer o técnico em agropecuária, vão atrás de formação.” (Jovem-RFA, 2007).*

E a Mãe-N expõe sua vontade de continuar seus próprios estudos.

*“Gostaria que tivesse alguma coisa para os pais, por que eu gostaria também de aprender, meu sonho era continuar a estudar mais” (Mãe-NAT, 2007).*

A possibilidade de aplicação do conhecimento adquirido no processo de escolarização foi destacada como ponto forte do programa. A característica da Pedagogia de Alternância de problematizar a realidade da propriedade familiar pressupõe a aplicação quase que imediata dos conhecimentos construídos no processo. Tanto conhecimentos técnicos e gerenciais, relacionados com a atividade e o desenvolvimento do projeto como atitudes e valores adquiridos no convívio coletivo e na reflexão são mencionados pelos participantes.

*“... para meu filho que já faz um tempo que está envolvido, passou a gostar mais do sítio e não quer mais deixar a terra. Ele aprendeu muito, já fez cerca elétrica, está com viveiro de café e ajuda em tudo. Ele sonha em estudar agronomia, não concluiu o projeto, teve uns problemas no 3º colegial. Não veio projeto como na reportagem, mas ele aprendeu muito, fez o silo, sabe avivar um pé, me ajuda na lida da horta...lá ele é o 1º que vem com a idéia! O café, ele que implantou novos pés. Sabe, já está*

*com o viveiro nascendo. Ele fez. Ele é um menino ativo e mais tudo o que ele aprendeu aqui no PROJOVEM.....Ele ama a terra! Eu até já cheguei a falar de ir pra cidade mas ele fala: Não! É aqui que a gente tem que ficar! Eu vou estudar agronomia.... Se não fosse por ele, a gente já teria largado o sítio! (Mãe-NAI, 2007).*

*“Os monitores incentivam a gente a trabalhar mais no sítio e praticar tudo aquilo que eles ensinaram naquela semana, pra ter resultado. O que a gente aprende na sala de aula a gente esquece, mas o que a gente faz na prática a gente não esquece” (Jovem-DAÍ, 2007).*

Todavia, a aplicação direta do aprendizado traz outras oportunidades de conhecimento que extrapolam os resultados na produção e organização da propriedade. Cria outras oportunidades para além sítio...

*“Então, (o PROJOVEM) é uma chance pra todo mundo, não só pra gente do sítio, tem gente da cidade que quer voltar pro sítio. Por que chega lá, diz: - só sei cuidar de fazenda, aí não tem emprego, aí vai de volta pro sítio. Então, se tem uma oportunidade desta, pega terra...muitos viram “sem terra”, eu sou uma destas.....(está nas terras do pai)...Aí (também) não se sustenta na terra. Então entra no PROJOVEM, faz um estudo melhor, bem feito, tem mais conhecimento, consegue um financiamento, faz um projetinho, que é bom também ter um dinheirinho. Eu sinto que nem tudo está perdido! Só isto aqui já valeu a pena!”. (Jovem-SAS, 2007).*

*“Analisando de um modo geral, os jovens do PROJOVEM estão se destacando cada dia mais. O PROJOVEM abre muitas oportunidades (cita um aluno que passou onze meses nos EUA, outros dois que foram para o encontro de juventude rural , em Gramado) Se não fosse o PROJOVEM, eles não teriam estas oportunidades, e outros jovens também, com cursos, visitas, etc” (Jovem-RTA, 2007).*

... não só para os jovens, mas também para os pais...

*“Sabe aquele livro do pessoal do ITESP? Fui chamada em São Paulo, na cerimônia e falei 40 minutos sem parar. Falei por que aprendi a falar no PROJOVEM. Tudo o que a gente fez no PROJOVEM e no nosso sítio foi publicado lá.” (Mãe-TER, 2007).*

- **Profissão**

A principal, ou quase exclusiva, questão levantada pelo grupo sobre profissão referiu-se ao conflito da perspectiva profissional dos jovens entre ficar no campo e ir para a cidade. A possibilidade de geração de renda no campo, a partir de uma visão mais profissional da atividade agropecuária, permite ao jovem fortalecer seus sonhos, inclusive de estudo em outras áreas que não as ligadas às ciências agrárias, entretanto sem perderem a perspectiva do espaço rural.

*“... Eu também, quando entrei no PROJOVEM não tinha essa visão de hoje. Eu achava: eu vou lá, vou arrumar um emprego e me mandar daqui! Hoje, eu fiquei, estou na propriedade, estou cursando até faculdade. Iniciei muitas coisas no sítio. Hoje eu já vejo que não é assim...não precisa ir pra cidade. Não é necessário. Você consegue (o que quer) é só pensar, basta tentar, procurar caminhos. É como Albert Einstein disse “Para abrir caminhos é preciso sair dos trilhos” [...] Que nem eu que já terminei o PROJOVEM e estou fazendo faculdade. Já tenho plano mesmo de ficar na propriedade, dar aula na escola de lá... Pensar que eu posso ficar ali, sabe?!” (Jovem-RFSC, 2007).*

*“Eu tinha duas opções: ou o PROJOVEM ou a cidade. Eu vinha trabalhar com meu tio, numa fábrica de sapato ou então de pedreiro.” (Jovem-RFA, 2007).*

*“Fonte de emprego (auto-emprego) Você vem para o Programa com uma mão na frente e outra atrás. Aí você adquire conhecimento. Você pode colocar sua família em contato com o que você aprendeu. Você faz o seu projeto, pra poder ter o seu dinheiro. Então é um chute lá longe. É uma janela que abre” (Jovem-SAS, 2007).*

- **Juventude**

Embora no campo, desde criança, as tarefas agropecuárias são apresentadas aos indivíduos como parte da rotina diária, existe uma dificuldade no reconhecimento do potencial profissional do jovem e também da autonomia necessária para que ele se estimule a dar

continuidade às atividades da família, inclusive desenvolvendo atividades próprias. Nas falas de pais e jovens ficou evidenciada a importância da metodologia do programa com a Pedagogia de Alternância e a Pedagogia de Projetos para mudar esta visão tanto por parte dos pais como dos próprios jovens.

*“A gente começa a participar na vida do filho e acaba prendendo demais. O PROJOVEM foi uma maneira de eu dar mais liberdade pro meu filho. Quando ele foi pra ficar uma semana inteira fora, eu morri de medo que ele fosse dormir, fiquei preocupada, mas quando ele voltou, ele mostrou pra mim que conseguia viver sozinho. Ele aprendeu a cozinhar, a por a mesa, a arrumar as coisas. Ele voltou de um jeito assim que eu falei:- Posso morrer que eles estão bem!” (Mãe-A, 2007).*

*“ ai entra o curso que ela fez. Ela esta preparada (para pegar um financiamento)e ele (o pai) não. Hoje, ela quer cuidar de carneiro, ela sabe como e vai ajudar o pai.” (Mãe-R.O.S., 2007)*

Algumas falas indicam a precocidade do jovem do campo em relação ao jovem da cidade quando o tema é responsabilidade. A faixa etária atendida pelo PROJOVEM, de 14 a 21 anos, adolescência-juventude, traz a duplicidade de assumir a sua “sobrevivência” enquanto jovem, ao mesmo tempo em que deve se preparar para uma vida adulta com mais qualidade.

*“Dos 14 aos 21, é muita água que corre debaixo da ponte..... Dos 14 até os 15 anos, já deu pra ele aprender o que é uma associação. Não dá pra gente dizer que com 15 anos o cara não sabe o que quer da vida: - Não, eu vou ficar na barra da saia da minha mãe até enquanto não tenho pra onde ir...” (Jovem – SAS, 2007).*

- **Desenvolvimento Rural Sustentável**

Na perspectiva do desenvolvimento rural, os depoimentos trouxeram claramente a dimensões social, econômica e ambiental da sustentabilidade, havendo, no entanto, um constante contraponto entre a necessidade de buscar tais aspectos tanto nas relações com a comunidade e família, quanto na concepção e forma de implantação dos projetos de investimento de capital.

O depoimento do Jovem-RFSC traz a contradição entre necessidade e dificuldade no desenvolvimento do associativismo no grupo:

*“A gente montou um grupo, recebemos 20 caixas do ITESP e estamos trabalhando. Mas uma associação é uma coisa meio complexa pro jovem. Você chega pra ele, com 14 anos e fala: olha, vamos montar uma associação para fazer um projeto? O jovem vai perguntar: O que é isso?..... Primeiramente ele tem que estudar, que amadurecer a idéia, conversar... o que você acha? Como está o trabalho? Pois não se pode chegar pro jovem com a idéia montada e falar você vai fazer uma associação! Já, se for mais no final do curso, ele está com uma mentalidade completamente diferente do que o pessoal pensa por aí, que o bom é ir para a cidade grande, que é lá que está o dinheiro.” (Jovem-RFSC, 2007).*

No campo econômico, o aprendizado do planejamento e da gestão da propriedade, incluindo a dimensão tecnológica, foi considerado fundamental para a formação crítica dos jovens, como mostram os depoimentos de uma mãe e de um pai do Programa:

*“Outra coisa que foi bom foi o planejamento. Antes a gente não tinha planejamento nenhum. A gente ia comprar um móvel, a gente se enforcava, se apertava prá terminar de pagar aquilo. Hoje, meu menino controla tudo. Se a gente fala que vai comprar ele(o filho) diz: “mãe vamos fazer as contas, vamos ver isso, vamos ver aquilo”. Hoje a gente não faz mais nenhuma loucura, a gente não gasta sem pensar e planejar. Ele toma conta de tudo....o pai virou peão dele.....ele não deixa gastar sem pensar.” (Mãe-ANI, 2007).*

*“... eu investi só no gado, cheguei a 90 cabeças. Quando falava de roça eu pulava fora. Aí eu quis vender para fazer a casa. Depois do PROJOVEM ele começou a plantar as coisas e ..... é! nosso projeto era o gado, agora tem o café também. Nós não seríamos capazes de fazer isso. Nós não entendíamos de roça.” (Pai-CES, 2007).*

Essa formação crítica da realidade tem refletido em outros aspectos da formação humanistas do jovens, ampliando a consciência dos direitos cidadãos e as relação com a comunidade:

*“Eles ajudam na escola, sempre participam nas organizações das festas, tem problema eles vão na prefeitura conversar, tem uma quadra e uma piscina por lá aí a prefeita disse que não podia usar a noite para não gastar energia aí eles mobilizaram os pais e uma mãe foi na prefeitura, estão sempre vindo o q esta certo ou errado e participam” (Pai-JOS, 2007).*

A preocupação com a sucessão geracional do sítio era um tema esperado que despontasse como uma preocupação do grupo, haja vista os resultados de outras pesquisas como a de Abramovay (1998). Neste trabalho chamou atenção o fato da vinculação feita por um dos pais entre acesso a financiamento para reprodução social da família e a não migração dos jovens para a cidade, permanecendo no sítio, sucedendo os pais.

*“A parceria na família é super importante e com financiamento poderíamos trabalhar juntos. Senão cada um vai para um lado da cidade e vai sobrar só o velhinho com a velhinha no sítio” (Pai-SEB, 2007).*

- **Preocupações e Críticas ao PROJOVEM**

As preocupações vieram da parte dos jovens, devido às mudanças que o Centro Paula Souza, principal parceiro e mantenedor do PROJOVEM, estava fazendo, na época da pesquisa, em relação à institucionalização do Programa na forma de um curso de formação inicial e continuada de trabalhadores, o que viria a interferir na dinâmica já estabelecida e conhecida pela comunidade.

*“Devia ver se a mudança que o Centro Paula Souza vai fazer não vai mudar o programa. Não vão nem mesmo ser os mesmos monitores. E eles já sabem o que é e como funciona. Deve se ver a metodologia. Agora vem aí um professor, um cara que está sempre dando aula lá no técnico, ele vai entrar no PROJOVEM, uma coisa assim que tinha um super relacionamento entre os monitores e os jovens. Aquele pessoal de visita. Aí o cara vai lá e começa a fazer diferente. Não sei não?!” (Jovem-RFSC, 2007).*

*“No PROJOVEM, o ensino é muito diferente do técnico, por que a relação não é só de professor – aluno, é professor, aluno e amigo, então fica bem mais fácil de aprender, de por em prática. E na escola formal é: tem que fazer isso, por que isso, tem que fazer aquilo...” (Jovem-ROS, 2007).*

A principal crítica ao Programa partiu dos pais e estava relacionada ao financiamento necessário à implantação dos projetos de investimento de capital dos jovens. O aparecimento deste tema é muito importante, visto estar relacionado às linhas básicas do PROJOVEM, ou seja, a co-responsabilidade dos pais na formação dos jovens, o pertencimento do núcleo à comunidade, a autonomia das Associações de Pais diante de seus parceiros. Na fala dos pais a responsabilidade é passada para os parceiros, indicando que o empenho do programa em assessorá-los no processo de sua organização e de passar efetivamente a eles a coordenação do PROJOVEM foi insuficiente.

*“Falta rapidez para o PROJOVEM, o financiamento demora e desanima. O atraso dele atrapalha o outro que está começando, e isso desanima mesmo. A (não) rapidez de financiamento também atrapalha (o Programa).” (Pai–SEB, 2007).*

*“Mesma coisa o meu ele está decepcionado por não ter o financiamento, se houver uma forma de aumentar a agilidade do financiamento seria bom. Eu não quero que meu filho saia do campo.” (Pai–JQU, 2007).*

### **5.3. Análise Comparativa – Melhorias nas propriedades familiares após a participação no PROJOVEM**

A Tabela 10 apresenta os resultados da análise de 74 (setenta e quatro) propriedades familiares de jovens alunos do Programa. Todas as categorias apresentaram respostas significativas para as opções que indicavam o avanço positivo, demonstrando o aumento da qualidade de vida e da dinâmica produtiva nestas propriedades no período analisado, ou seja, do início da participação no programa até o momento atual.

Tabela 10 - Melhorias na Propriedade Familiar, considerando a situação quando do ingresso no PROJOVEM e a situação atual.

	<b>Categoria</b>	<b>Condição em relação ao início do programa</b>	<b>% de participantes</b>
1	Infraestrutura-física-produção	Aumentou	67,2
		Melhorou	27,9
		Manteve	32,8
2	Infraestrutura-física-moradia	Aumentou	72,2
		Melhorou	49,2
		Manteve	27,9
3	Equipamentos	Ampliou	4,9
		Modernizou	49,2
		Manteve	95,1
4	Plantel	Aumentou	80,3
		Manteve	19,7
		Melhorou	18,0
5	Planejamento	Toda a família	65,6
		Somente o pai	34,4
		Registros de entrada e saída	75,4
		Estudo de Mercado	60,7
6	Implantação de Novas Atividades Produtivas		60,7

As melhorias apresentadas nas categorias de 1 a 4 não podem ser creditadas como impacto direto do PROJOVEM nestas propriedades, sem que antes seja feita uma análise de outras políticas públicas voltadas para a região em estudo, que tivessem como objetivo a diferenciação dos aspectos questionados. Entretanto, embora não seja possível dimensionar a parcela de responsabilidade do programa nestes itens, seria imprudente não lhe imputarmos responsabilidade alguma, principalmente ao comparar os dados da tabela 10 com as falas manifestas nos Grupos Focais, ressaltando a importância de estar participando do

PROJOVEM para ter segurança nas tomadas de decisão e na adesão a outros programas de instituições públicas ou privadas atuantes na região.

*“antes fizemos um investimento de R\$ 2000,00 e não tivemos retorno por que não estávamos preparados. Hoje, eu estou mais preparado. Minha filha tem condições e tem conhecimentos, e eu também poderia estudar. Hoje nós vamos tentar de novo. Fomos em outros lugares, uns bancos, a Cooperativa e conversamos com o pessoal do ITESP para entender melhor (linhas de financiamento). A menina saber fazer o projeto com a gente dá mais segurança... a gente sabe onde está pisando”* .(Pai – W.S,2007).

Os resultados para a categoria Planejamento, diferentemente dos demais, podem ser analisados como impactos do Programa, visto estarem relacionados ao principal conteúdo programático do PROJOVEM, que é o planejamento e o gerenciamento da propriedade rural, a partir de conceitos básicos da administração rural, fundamentados na elaboração, implantação e desenvolvimento de projetos de investimentos de capital. Este aspecto fica mais evidente ao analisarmos o levantamento diagnóstico inicial das propriedades quando de sua entrada no programa, onde 98% das famílias tinham a condução da propriedade na responsabilidade exclusiva do pai; 99% não faziam nenhum registro sistematizado das atividades e das entradas e saídas do processo produtivo e 100% não realizava estudo de mercado dos produtos que produziam ou pretendiam produzir, para orientar suas tomadas de decisão quanto à tecnologia e à comercialização.

*“Eu posso falar que o que mudou mesmo na minha propriedade foi o planejamento. Antes a gente falava: vamos plantar milho! Comprava lá não sei quantos quilos de adubo, jogava lá, depois vinha uma seca danada, num dava nada. Hoje em dia não. Que nem, a gente está querendo melhorar a qualidade dos bovino, aí a gente conversou - precisa de cerca, vai piquetear... Então, hoje já existe um diálogo de planejamento entre meu pai e eu. A gente conversa muito. O que mudou mesmo na minha propriedade foi isso: o planejamento. ... o fato da gente planejar antes. Estamos lá plantando Urucum orgânico. Uma ONG veio oferecer e meu pai e eu sentamos e conversamos pra ver se valia a pena mesmo, fizemos as contas, vimos se tinha mercado, discutimos... só então demos a resposta. Por isso eu falo que o que mudou mesmo foi o planejamento!”* (Jovem R.F.A, 2007)

## 6. CONCLUSÕES

Este trabalho se propôs a estudar o processo de avaliação de programas de formação de jovens, em um contexto que extrapolasse as avaliações tradicionais das políticas públicas de educação, buscando enriquecer e dar mais significado a indicadores numéricos, que, por muitas vezes fornecem uma visão estática de um objeto que é processual, dinâmico, orgânico e que ressoa na vida cotidiana dos envolvidos, indo muito além dos resultados conseguidos com um certificado de competências desenvolvidas ou um aumento imediato na renda familiar. Tomou-se como estudo de caso o PROJOVEM – Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais, implantado em núcleos de reforma agrária e de agricultores familiares não assentados do estado de São Paulo.

Na análise global destes núcleos, observou-se a tendência de melhor desempenho daqueles implantados em áreas de assentamentos da reforma agrária. Entretanto mesmo com tendência positiva, os indicadores quantitativos apresentados ainda são pequenos se comparados aos do ensino profissionalizante formal, em termos de número de alunos e turmas. Este fato coloca o programa analisado em uma situação crítica diante dos gestores públicos que tomam suas decisões calcadas na maior abrangência populacional de suas políticas. Um caminho para a superação deste impasse ao analisar programas ligados ao desenvolvimento territorial, que sempre contarão com especificidades que fogem à lógica da economia de escala, é a qualificação dos resultados a partir dos atores envolvidos.

Os grupos focais, realizados com pais e jovens, confirmaram a hipótese da importância de programas como o PROJOVEM na dinâmica de desenvolvimento rural sustentável, indicando seu impacto nas relações sociais, sejam familiares, sejam comunitárias e sua interferência nos processos de sucessão geracional e de reprodução da agricultura familiar. Esta técnica qualitativa de pesquisa também se mostrou interessante para o levantamento de pontos fracos do Programa que os indicadores quantitativos de desempenho, por si só, não conseguiram revelar. Nesta pesquisa, os grupos focais abordaram apenas os atores diretamente ligados ao programa – jovens e pais, mas os resultados obtidos nos levam a concluir que seria bastante produtivo se outros atores envolvidos – parceiros, instituições apoiadoras, lideranças locais - passassem por processo semelhante, ampliando a possibilidade de leituras quanto ao programa analisado.

A análise das melhorias nas propriedades familiares participantes do PROJovem expôs a capilaridade dos impactos do programa e indicou resultados concretos de maneira facilmente identificável pelos agricultores. Dessa forma, esta etapa completa uma proposta simplificada de procedimento para análise de programa de formação de jovens da agricultura familiar, que fica assim estruturada:

- 1º. Análise de desempenho, a partir de indicadores de processo e de produto;
- 2º. Avaliação participativa, constituída pela percepção dos atores envolvidos, coletada através de grupos focais, e
- 3º. Análise de impacto antes-depois, organizada a partir das melhorias na propriedade familiar.

Concluindo, as metodologias de avaliação de programas de formação inseridos no contexto do desenvolvimento sustentável devem ser compostas por análises quantitativas associadas a estratégias diferenciadamente qualitativas e participativas, a fim de que o processo de análise subsidie o desenho e a implantação de novas políticas públicas. Além disto, os atores envolvidos no programa devem se apropriar do processo de avaliação, fazendo com que este venha a se constituir em aprendizado para outras experiências, fortalecendo os capitais humano e social do território em questão.

As parcerias com a comunidade sejam de governos, universidades ou instituições da sociedade civil, devem estar sempre muito bem definidas quanto a papéis e responsabilidades das partes, sob o risco de se mobilizarem esperanças e crenças a serem “enterradas” pouco mais adiante com o encerramento explícito ou tácito das atividades sobre as quais se construíram significados de identidade, referência histórica e reconhecimento do seu papel e sua importância social.

Para a efetividade de uma política pública, não é suficiente um programa ser bem estruturado e planejado com coerência, é fundamental que em sua implantação e desenvolvimento ele seja monitorado em todas as suas variáveis, mas principalmente na preparação de seus recursos humanos e na evolução (ou in-volução) das relações estabelecidas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, 2006.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- AFONSO, M.L.M. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de trabalho estruturado com pequenos grupos** [apostilado]. São Paulo: Curso “Dinâmica de Grupo”; 1997.
- ANDRADE, Márcia Regina. **A formação da consciência política de jovens dos assentamentos rurais do MST**. Campinas : FE/UNICAMP, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BASILIO, Maria Divaneide. **Juventude rural: discutindo a construção dessa identidade**. Disponível em < [http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Maria\\_Divaneide\\_Basilio.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Maria_Divaneide_Basilio.pdf) >. Acesso em fev. 2007.
- CAMERON, Donald. **Uma abordagem de aprendizado através da ação para formação em agribusiness e administração rural**. In: PERES, Fernando C. (org). PROJOVEM: A experiência do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais. Piracicaba: USP/ESALQ/DIBD/EXAGRI, 1998
- CARMO, Maristela S. **A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável**. In: FERREIRA, Angela D. D.; BRANDENBURG, Alfio. Para Pensar Outra Agricultura. Curitiba: Editora da UFPR. 215-238, 1998.
- CARNEIRO, Maria J. **Política Pública e Agricultura Familiar: uma Leitura do Pronaf. Projeto Rurbano**. UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/projetos> >. Acesso em mai. 2005.
- CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In SILVA, F.C. et. al. Mundo Rural e Política. Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro : Contracapa, 1998.

- CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural: projeto e valores.** In ABRAMO, H.W. e BRANCO, P. P. M. Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- CAVALCANTE, Enoque G. **Sustentabilidade do Desenvolvimento.** Recife: Editora Universitária, 1998.
- CENTRO PAULA SOUZA. O empreendedorismo se concretiza também na busca de recursos. **Revista do PROJOVEM.** Ano I, nº1. São Paulo: Gcom/CEETEPS, 2003
- CHAVES, Ana P.P.C. **Retrato Falado da Alternância: Sustentando o desenvolvimento Rural através da Educação.** São Paulo: Centro Paula Souza / FAT, 2000
- \_\_\_\_\_ **Dinâmicas de Grupo: Uma contribuição teórica para uma prática banalizada.** Disponível em <[http://www.educacaoonline.pro.br/art\\_di...grupo.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/art_di...grupo.asp)>, consultado em dezembro de 2006.
- CHAVES, Eduardo O.C. **Texto redigido para servir de apoio para a discussão de projetos nos Onze Grupos e nos Encontros das Escolas para rever seus projetos na Semana de Imersão em Faxinal do Céu,** de 16 a 22 de abril de 2001.
- CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Economy.** Homewood, Richard Irwin, 1966.
- CHARTIER, D. **Les premieres Maisons Familiales.** In nion Nationale de Maisons Familiales Rurales. (Org) Soixante ans d'histories des Maisons Familiales Rurales. Paris: UNMFREO,1997
- COHEN, Ernesto; FRANCO Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais,** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- COSTA, Elisa M.C. **O surgimento da formação de jovens rurais por alternância: história de uma pedagogia associada ao meio agrícola – As Casas Familiares Rurais,** In: PERES, Fernando C. (org). PROJOVEM: A experiência do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais. Piracicaba: USP/ESALQ/DIBD/EXAGRI, 1998
- DEL GROSSI, Mauro E. & GRAZIANO DA SILVA, José. **A evolução da Agricultura Familiar e do Agrobusiness nos anos 90.** Projeto Rurbano. UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rattner.html> >. Acesso em abr. 2005.

- DELFINI, Solange T. Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais. **Synthesis** – Revista de Educação, nº 5 . São Paulo: CEETEPS,1998.
- DELFINI, Solange T.; OLIVEIRA, Julieta T.A.. Estudo comparativo de desempenho do PROJOVEM em núcleos de assentamentos e em núcleos de agricultores familiares não assentados. In: II JORNADA DE ESTUDOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS, Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2005.
- DEWEY, J. **Vida e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1959.
- DUARTE, Lafayette D. **Projetos de Investimento de Capital**. In: PERES, Fernando C. (org). PROJOVEM: A experiência do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais. Piracicaba: USP/ESALQ/DIBD/EXAGRI, 1998
- FLORES, Murilo. **Agricultura Familiar: Desafios e Perspectivas**, In: SPITZ, André (Coord.). Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania,2001. (Cadernos da Oficina Social, 7).
- GIBBS, A. **Focus groups**. Social Research Update. University of Surrey, Guildford, England: Winter; 1997. Disponível em <<http://www.soc.surrey.ac.uk/sru/SRU19.html> >
- GOVERNO FEDERAL. **PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília: 1996.
- GUARANÁ, E.C. **Young fellow e old fellow**: a construção da categoria “jovem” a partir de um estudo de Arensberg e Kimball sobre família e comunidade na Irlanda. Rio de Janeiro : CPDA, Estudos Sociedade e Agricultura, v.12, n.2, out./2004, p.272-321.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Brasília. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em mai. 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Novo Retrato da Agricultura Familiar. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>>. Acesso em jul. 2005.
- \_\_\_\_\_. Por que agricultura familiar? Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/12p2.htm> > Acesso em jul. 2005.
- KOLB, D. A. **Experiential learning**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. 1984.
- LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Vol. I. Campinas: UNICAMP, 1993.

- MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.1, jun./1989, Brasília : Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1990
- MAX-NEEF, Manfred A. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria Editorial, 1993
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Trad. LINDOSO, Maria José da Silveira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco; 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Referências para uma política nacional de educação do campo** - caderno de subsídios. Brasília : Disponível em <[http://www.inep.gov.br/download/imprensa/Miolo\\_Seminario\\_Ed\\_Campo.pdf](http://www.inep.gov.br/download/imprensa/Miolo_Seminario_Ed_Campo.pdf) >. Acesso em mar. 2005.
- MORGAN, D.L. **Focus groups in qualitative research**. London: Sage; 1988.
- NIED – Núcleo de Informática Aplicada à Educação, da UNICAMP. **Pedagogia de Projetos**. Disponível em < [www.nied.unicamp.br](http://www.nied.unicamp.br) >. Acesso em jun. 2006
- PERES, Fernando C. **Programa de formação de jovens empresários rurais (PROJOVEM)**: uma alternativa para o jovem rural. In: PERES, F.C. (org). PROJOVEM: A experiência do Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais. Piracicaba: USP/ESALQ/DIBD/EXAGRI, 1998
- PIAGET, J. **Epistemologia genética**. São Paulo: Martins Fontes. 1990.
- PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF. Disponível em < <http://www.bndes.gov.br/atuar/pronaf> >. Acesso em jun. 2005.
- REVISTA DO PROJOVEM.
- RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo : Atlas, 1999. 334p.
- RODRIGUEZ, José M. M. **O Desenvolvimento Sustentável**: níveis conceituais e modelos. In: CAVALCANTI, Agostinho P. B. (org.) Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: bases teóricas e conceituais. Fortaleza: Universidade do Ceará, p. 51-62, 1997.

- SAMPAIO, Maria F. A. et al. **(In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo.**
- SCRIMSHAW, S.C.M.; HURTADO E. **Focus groups.** In: Rapid assessment procedures for nutrition and primary health care: anthropological approaches to improving programme effectiveness. UCLA Latin American Center Publications, University of California, Los Angeles (Reference Series, 11), p.15-19. Tokyo: UNICEF, 1987.
- SILVESTRO, Milton L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis/Brasília: Epagri/NEAD, 2001. 124 p.
- SOUZA, Vanilde F. de S. **Agricultura Familiar.** Dissertação (Mestrado), Campinas: UNICAMP, 2002.
- SPINK, M. T. **O estudo empírico das representações sociais.** In: \_\_\_\_\_. O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SPÓSITO, Marília. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas.** São Paulo, Ação Educativa, 2003
- STRAPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006
- SUANNO, Marilza V.R. **Auto-Avaliação Institucional: Princípios e Metodologia do Grupo Focal.** In.: BELLO, José Luiz de Paiva. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/avinst01.htm>>. Acesso em: 22/07/2007
- TANAKA, Oswaldo Y.; MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente-** um modo de fazer. São Paulo : Edusp, 2001.
- TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture:** Le paysan polonais. Armand Colin, Paris, 1973.
- VEIGA, José Eli. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Embrapa: vol. 13, nº 3, p. 383-404 set/dez. 1996.
- WANDERLEY, Maria de N. B. **Em busca da modernidade social:** uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, Angela D. D.; BRANDENBURG, Alfio. Para Pensar Outra Agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 29-49, 1998.

- 
- \_\_\_\_\_ . **A Agricultura Familiar no Brasil:** um Espaço em Construção. In Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária nº2 e 3. Vol. 25. Maio/dez 95.
- WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Estudos NEAD; 7, 2005
- WESTPHAL, M. F. et al. **Grupos focais:** experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. Boletim da Oficina Panamericana. 1996;120(6).